

Ministério Público do Rio Grande do Sul
Relatório
2007





Estado do Rio Grande do Sul
Ministério Público

Relatório 2007

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.

Isabel Dias Almeida,
Subprocuradora-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos.

Anizio Pires Gavião Filho,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos.

Eduardo de Lima Veiga,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Institucionais.

Mário Cavalheiro Lisbôa,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Armando Antônio Lotti,
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

EXPEDIENTE**COORDENAÇÃO-GERAL**

Jayme Weingartner Neto, Promotor-Assessor.

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Rio Grande do Sul. Ministério Público.
Relatório 2007/organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada
- GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2008.
84p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190
Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Organograma / Mapa Estratégico.....	9/11
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.....	15
Secretaria dos Órgãos Colegiados.....	15
Gabinete de Articulação e Gestão Integrada.....	16
Ouvidoria.....	18
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS	21
Procuradorias com atuação delegada.....	22
Procuradoria de Recursos.....	22
Procuradoria de Prefeitos.....	22
Procuradorias de Justiça Especiais	
Procuradoria de Justiça perante o Tribunal Militar.....	23
Procuradoria de Justiça perante o Tribunal de Contas.....	23
Procuradoria de Justiça perante a Junta Comercial.....	24
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	27
Comissão Disciplinar Permanente.....	27
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.....	27
Serviço Biomédico.....	29
Biblioteca João Bonumá.....	30
Divisão de Documentação.....	31
Divisão de Informática.....	32
Divisão de Arquitetura e Engenharia.....	33
Divisão Administrativa.....	34
Divisão de Recursos Humanos.....	34
Divisão de Assessoramento Técnico.....	35
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	39
Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional.....	40
Gabinete de Assessoramento Eleitoral.....	43
Memorial.....	43
EIXOS DE ATUAÇÃO	
Infância e Juventude.....	49
Crime.....	50
Meio Ambiente.....	51
Direitos Humanos.....	52
Cível.....	53
Consumidor.....	54
Ordem urbanística.....	55
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	59
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2º Grau – Procuradorias de Justiça.....	61
1º Grau – Promotorias de Justiça.....	62
Defesa Comunitária e Cidadania.....	62
Infância e Juventude.....	63
Cível.....	64
Eleitoral.....	65
Criminal.....	65
Plantão de Porto Alegre.....	69
Gráficos Comparativos – 2006 x 2007.....	70
Panorama 2007	
Relatório Financeiro.....	75
Dados Administrativos.....	76
Atuação Funcional.....	77
Nominata (Membros).....	79

APRESENTAÇÃO





APRESENTAÇÃO

Compete ao Procurador-Geral de Justiça elaborar o relatório das atividades anuais do Ministério Público para submetê-lo à Assembléia Legislativa. A instituição aproveita a previsão legal (Lei Estadual nº 7.669/82, art. 25, inc. III) para prestar contas à cidadania, instância final de legitimação nas repúblicas democráticas.

O Ministério Público em 2007, mantendo a excelência de sua atuação relacionada aos fins constitucionais – nas áreas criminal, cível e de defesa comunitária, tanto em juízo quanto, preferencialmente, antes de litigar –, avançou em termos de profissionalização administrativa e gestão estratégica.

Iniciou-se nova representação política, no que tange à chefia institucional, em 04 de abril de 2007, depois que a Governadora do Estado confirmou a escolha da classe, firmando-se praxe constitucional de abrangência nacional. Em maio de 2008, cerca de 77% dos Procuradores-Gerais de Justiça em exercício (20 dos 26 estados) têm em comum o fato de terem sido os mais votados pelos integrantes da carreira.

Quanto ao relatório, procurou-se inovar, ofertando sumário executivo que forneça visão ampla e seja de fácil consulta, disponível informe completo, com detalhes de todos os setores, em www.mp.rs.gov.br/transparencia/prestacaodecontas. Trata-se de não soterrar a informação num volume desmesurado de dados. Destacam-se o organograma, mais fiel à dinâmica institucional, e o mapa estratégico divulgado em 14 de dezembro de 2007, uma síntese gráfica da agenda do Ministério Público para os próximos 15 anos, com objetivos prioritários e indicadores de desempenho e metas. Além das notícias mais relevantes dos órgãos de administração e auxiliares, ordenou-se a atividade dos órgãos de execução de 2º e 1º graus. Panorama final sinaliza aspectos financeiros, administrativos e de atuação funcional que também foram remetidos ao Conselho Nacional do Ministério Público, órgão de controle conforme o art. 130-A da Constituição Federal.

No fecho, com a atual nominata de todos os membros da instituição, o registro de que sem o talento e a dedicação de cada um o Ministério Público seria apenas uma abstração.

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.



Mapa Estratégico do Ministério Público RS

Impacto Social

Educação de qualidade

Saúde integral e melhor qualidade de vida

Criminalidade e corrupção reduzidas

Criança e adolescente protegidos

Meio ambiente preservado

Democracia e ordem jurídica garantidas

Sociedade

Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas

- Parceira
- Acessível
- Independente
- Ética
- Responsável
- Atuante
- Efetiva

Eficiência Operacional

Aumentar a produtividade

- Custos Legít & Órgão Agente
- Capacidade instalada x distribuição de atribuições
- Ações coordenadas

Fortalecer a atividade extrajudicial

Aproximação com a sociedade

Intensificar a comunicação do MP com a sociedade

Aprimorar o atendimento ao público

Parcerias

Atuar em redes de cooperação com setores público, privado e terceiro setor

Foco de atuação

Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde

Garantir a proteção dos recursos hídricos

Exigir efetividade das ações de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas

Exigir qualidade na educação básica

Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público

Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios

- Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

Intensificar o combate à corrupção e ao crime organizado

Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência

Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos

Processos

Desenvolvimento de Pessoas

Desenvolver e gerir competências

- Fiscalização de políticas públicas
- Atividade investigativa
- Técnicas de negociação
- Gestão de processos, pessoas e projetos
- Trabalho em equipe

Ambiente Organizacional

Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho

- Comunicação interna
- Qualidade de vida
- Reconhecimento
- Democracia

Tecnologia

Melhorar a gestão administrativa, padronizando processos e rotinas

- Gestão
- Investigação

Garantir disponibilidade de informação para tomada de decisão

Recursos

Captação recursos extra-orçamentários

Assegurar recursos orçamentários necessários

Pessoas e Tecnologia

**PROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA**





GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

O Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é o órgão pelo qual tramitam os documentos, escritos ou eletrônicos, submetidos à apreciação e ao despacho do Chefe da Instituição. Presta assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça na sua atuação política e de representação. É de responsabilidade do Chefe de Gabinete a organização da agenda do Procurador-Geral de Justiça e a coordenação da atuação da Secretaria do Gabinete e das Assessorias de Cerimonial e Relações Públicas, de Segurança Institucional, Legislativa e Relacionamento.

Totais - Secretaria do Gabinete:	
Autorização de portarias.....	1212
Correspondências recebidas.....	10.185
Memorandos.....	1.792
Memorandos Circulares.....	87
Ofícios.....	1.525
Ofícios Circulares.....	94
Pagamentos de diárias.....	610

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS - Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público

A Secretaria dos Órgãos Colegiados, coordenada por Promotor-Assessor tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, (Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público) no desenvolvimento de suas atividades definidas em lei.

Conselho Superior do MP:	
Processos distribuídos.....	6.962
Processos apreciados.....	7.438
Pautas elaboradas.....	43
Atas registradas.....	43
Avisos publicados.....	63
Sessões realizadas.....	43

Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público	
Processos distribuídos.....	34
Processos apreciados.....	44
Pautas elaboradas.....	10
Atas das Sessões realizadas.....	11

COMPARAÇÃO PERCENTUAL		
Processos	2006	2007
Inquéritos Cíveis	7447	7110
Diversos	85	84
Vacância	84	85
Edital Remoção	90	83
Edital Promoção	12	03
Estágio Probatório	75	0
Suspeição	68	72
Disciplinar	13	09
Total	7874	7446

A diferença percentual em relação ao ano anterior foi de **0,9%**.

GABINETE DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA

O Gabinete de Articulação e Gestão Integrada (GAGI) tem como atribuições assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de atuação política, auxiliar na sistematização das ações nos planos jurídico, institucional e administrativo, além de monitorar e harmonizar o desenvolvimento das ações decorrentes do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão.

Também é encargo do GAGI:
 I - sistematizar, atualizar e divulgar os indicadores de efetividade da atuação do Ministério Público e elaborar o relatório previsto no artigo 25, III, da Lei Estadual nº 7.669/82;
 II - coordenar, na sua atuação externa, a Assessoria de Comunicação Social.

Considerando as atribuições elencadas, o GAGI assumiu a condução do processo de construção do planejamento estratégico da Instituição, ciente de que apenas planejar não era suficiente, e sim gerenciar a implantação gradativa da estratégia, aferindo os progressos e as dificuldades, de forma a garantir a execução daquilo que foi planejado.

Neste contexto, é desenvolvido o projeto GEMP 2022, que contempla a implantação de um sistema de governança, responsável pela gestão estratégica do

Ministério Público até 2022. O projeto compreende as seguintes etapas: Alinhamento Estratégico, Mapa Estratégico, Indicadores de Efetividade, Metas e Planos de Ação e Monitoramento.

Cartaz de Comunicação das Etapas do GEMP 2022



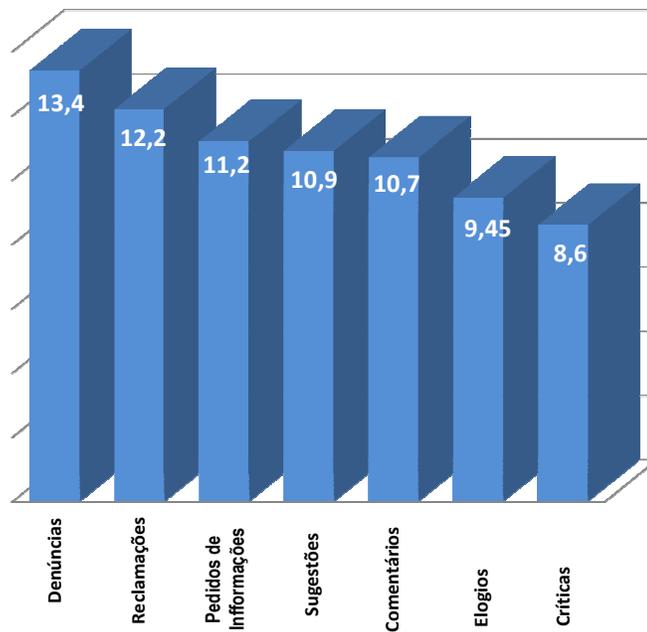
Partindo de um encontro de Alinhamento Estratégico (08 a 10/08/2007, com cerca de 400 membros e servidores) e passando por 12 encontros regionais, ocorridos entre 24/10 e 09/12/2007 (Santana do Livramento, Bagé, Pelotas, Santo Ângelo, Passo Fundo, Santa Maria, Lajeado, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Tramandaí, Canoas, Porto Alegre) o Mapa Estratégico, com os respectivos indicadores, foi lançado à sociedade gaúcha em 14/12/2007, dia nacional do Ministério Público.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público do Rio Grande do Sul é um importante canal de comunicação do cidadão e da comunidade com a Instituição, objetivando o aprimoramento no atendimento e nos serviços que presta à sociedade. Em 2007, a Ouvidoria recebeu 2.281 manifestações (denúncias, reclamações, críticas): 47% (1.069) foram encaminhadas a Promotorias de Justiça e 40,5% (924) foram remetidas para órgãos e setores variados.

MÉDIA DE TEMPO ENTRE PROVOCAÇÃO E RESPOSTA: 10,8 DIAS

*Fonte: <http://www.mp.rs.gov.br/ouvidoria/estatisticas>



SUBPROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS





SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Lei n.º 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, Art. 17: § 1º - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos compete:

I - substituir o Procurador-Geral em suas faltas;

II - coordenar os serviços da Assessoria;

III - coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais, entre os Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, obedecida a respectiva classificação ou designação;

IV - remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça junto aos Tribunais;

V - elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e dos trabalhos realizados pela Assessoria, remetendo-o ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

VI - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

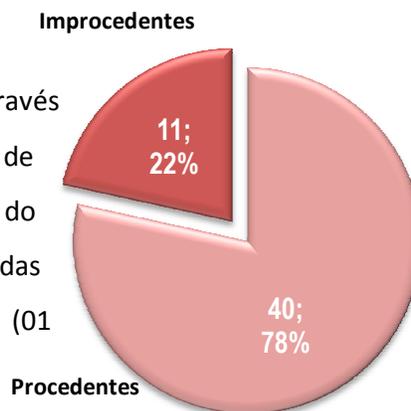
Possui atribuições de coordenação da Assessoria Jurídica, nos processos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça. Exerce, ainda, a supervisão de Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, crimes de Prefeitos e defesa do patrimônio público, bem como da Procuradoria de Fundações.

Processos Recebidos Comparativo 2006x2007

Em 2007, foram recebidos 2.582 processos, contra 1.757 em 2006, um crescimento de aproximadamente 47%. A maioria (27,5%) composta por Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas

Em 2007, o Procurador-Geral de Justiça propôs, através da Assessoria Jurídica, **134** Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, 83 pendem de julgamento, e no universo das ações julgadas (51), **40** foram julgadas procedentes (01 parcial); 11 improcedentes.



PROCURADORIAS COM ATUAÇÃO DELEGADA

Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos funciona nos feitos cujos recursos se dirigem aos Tribunais Superiores (STF e STJ). Em janeiro de 2007, extinguiu-se a atuação “custos legis” da Procuradoria, na qual o Ministério Público apenas emitia seu parecer em processo no qual não era parte.

MOVIMENTAÇÃO	
Processos Recebidos	8.096
Medidas Judiciais Protocoladas	6.168
Processos com Inviabilidade Recursal	863
Processos com outras providências	2.367

Percebe-se que mais de 2/3 da atuação recursal concentra-se na área criminal, com relevo, no cível, para a área da infância e da juventude.

RECURSO	CÍVEL	CRIME	TOTAL
Recurso Extraordinário	94	376	470
Parecer em Recurso Ordinário	0	3	3
Recurso Especial/Extraordinário - Contra-Razões	0	971	971
Recurso Especial/Extraordinário ECA - Contra-Razões	148	0	148
Recurso Especial/Extraordinário MP Parte - Contra-Razões	281	0	281
TOTAL	523	1.350	1.873

Procuradoria de Prefeitos

Em agosto de 2005, fundiram-se a anterior Procuradoria de Prefeitos com a então Procuradoria da Probidade Administrativa, formando-se a atual Procuradoria de Prefeitos.

MOVIMENTAÇÃO	
ACP Ajuizadas	56
Arquivamentos no CSMP	481
Condenações	6
Denúncias oferecidas/aditamentos - Atuais Prefeitos	38
Promoções/diligências e Procedimentos Investigatórios	851

Convém lembrar que a Procuradoria da Probidade Administrativa foi criada em razão da edição da Lei n.º 10.628/02, bem como da criação da 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça que detinha competência, entre outras matérias, para processar e

julgar, originariamente, as ações de improbidade administrativa promovidas contra Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais.

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA ESPECIAIS

O Ministério Público, para atuar em 2.º Grau, organizou-se em Procuradorias de Justiça, na forma da Lei n.º 11.282/98, instituindo-se os seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal, Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Especializada. Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

Procuradoria de Justiça perante o Tribunal Militar

Perante o Tribunal Militar atua um Procurador de Justiça Criminal, nos termos da Lei n.º 11.282/98.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2006	364	364	50
2007	695	690	49

Procuradoria de Justiça perante o Tribunal de Contas

Atuam perante o Tribunal de Contas do Estado dois Procuradores de Justiça classificados nas Procuradorias de Justiça instaladas junto àquela Corte, cujos cargos serão transformados em cargos de Procurador de Justiça Substituto na medida em que vagarem, conforme dispõe a Lei n.º 11.313/99.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2006	9.246	8.737	109
2007	12.261	13.232	107

Procuradoria de Justiça perante a Junta Comercial

Conforme a Lei n.º 11.978/03, atua perante a Junta Comercial Procurador de Justiça cuja atuação e atribuições são definidas através de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça.

Atividades:

Sessões Plenárias - 98

Pareceres e consultas em Plenário - 209

Pareceres em Processos Administrativo - 76

Promoções - 23

Interposição de Recurso - 2

Processos Adm. propostos contra Empresas de Bingo – 89

Pareceres em Processos Judiciais – 4

Pesquisas de Atos Constitutivos - 2.936

**SUBPROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS**



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos presta assessoramento, por meio de qualificado corpo funcional, nas mais variadas atividades-meio, além de realizar o gerenciamento da política administrativa de funcionamento da estrutura organizacional e funcional do Ministério Público, a fim de viabilizar a melhor prestação dos serviços públicos nas atividades-fim.

COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

As atribuições da Comissão Disciplinar Permanente consistem em instruir Procedimentos de Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares, bem como atuar na Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, exarar informações acerca de conduta de servidores e certidões acerca da existência ou não de penalidades dos assentamentos dos servidores para fins de cursos ou concursos.

	Instaurados	Arquivados	Tramitando
Sindicâncias	57	49	08
Processos Administrativos	02	01	01

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF

O Plano Anual de Educação Institucional induz que os projetos educacionais sejam executados com base nas linhas traçadas pelos Planos Gerais de Atuação Institucional e Administrativa e, agora, pelo Mapa Estratégico do Ministério Público, além dos apontamentos feitos nas Ficha de Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores e de demandas pontuais de membros e servidores.

Objetivando proporcionar conhecimentos básicos acerca da Instituição a servidores recém chegados o Programa de Integração de Novos Servidores – PROSERV – foi adaptado às novas tecnologias em matéria educacional. O Treinamento Básico, módulo inicial do programa, é o primeiro curso desenvolvido e gerenciado na modalidade de Ensino a Distância – EAD, por intermédio do Portal de Ensino a Distância do Ministério Público, usando recursos de hipertextos, vídeos, fotos e gráficos.

Capacitação:
 Total de Eventos do Ano: 245
 N.º de Participações: 4.771
 Investimento Total: R\$ 797.102,87
 Total de Horas de Capacitação: 4.083 horas

No ano de 2007, foi dada continuidade ao Programa de Formação de Gestores de Promotorias de Justiça, que tem por objetivo transmitir conhecimentos e desenvolver habilidades básicas para gestão de uma unidade administrativa (Promotoria de Justiça). Renovada a parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o curso ocorreu em Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas.

Novidade foi o desenvolvimento do Banco de Talentos, ferramenta que tem por objetivo identificar o conhecimento de membros e servidores do Ministério Público, na intenção de melhor aproveitá-lo e identificar possíveis contribuições, inclusive em projetos educacionais de aperfeiçoamento funcional. Neste Banco de Talentos, o Ministério Público tem cadastrados, entre membros e servidores, **126** Especialistas, **35** Mestres e **7** Doutores.

Pós-Graduação

Referente às bolsas parciais, concedidas a membros da Instituição em cursos de pós-graduação, em universidades do Rio Grande do Sul, são vinte e sete membros com cursos de especialização em andamento (Direito da Criança e do Adolescente, Direito

Especializações - 16
 Mestrados - 13
 Doutorados - 2

Constitucional, Direito Penal, Processual Penal e Direito Civil). Há também os cursos de Mestrado em Direito do Estado e Mestrado em Filosofia.

Distribuição do Investimento por Programa de Capacitação

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R\$	% Representativo
Áreas Administrativas	35.935,80	4,51%
Área Médica	69.111,67	8,67%
Assessoramento Técnico	18.262,00	2,29%
Ciclo de Debates	187.405,25	23,51%
Demandas Isoladas	11.633,08	1,46%
Direito	48.705,00	6,11%
Formação de Gestores	163.982,40	20,57%
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	600,00	0,08%
Informática - Desenvolvedor	1.880,00	0,24%
Informática Usuários	20.644,20	2,59%
Proserv	52.914,18	6,64%
Pós-Graduação de Membros	87.044,70	10,92%
Qualidade de Vida	6.960,00	0,87%
TOTAIS	797.102,87	100,00%

SERVIÇO BIOMÉDICO

O Serviço Biomédico tem como atividade principal a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores do Ministério Público. Este Serviço é composto pela Coordenação, Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

Assessoramento Técnico:
453 assessorias,
512 avaliações.
Atividades Assistenciais de Emergência:
207 atendimentos clínicos, odontológicos, psicológicos e psiquiátricos,
1.065 procedimentos de enfermagem.
Gabinete Odontológico:
480 atendimentos

Em 2007, o Serviço Biomédico emitiu **1.260** laudos, tendo como principais demandas as perícias para concessão de licença para tratamento de saúde de membros, servidores e seus familiares, perícias para ingresso em cargos do quadro de pessoal do Procuradoria-Geral de Justiça e assessoramentos técnicos às Promotorias de Justiça.

Além disso, o Serviço Biomédico participou de atividades de apoio institucional, mantendo plantões médicos em eventos do Ministério Público, promovendo palestra de orientações no combate à dengue e vacinação contra rubéola.

BIBLIOTECA JOÃO BONUMÁ

A Biblioteca João Bonumá oferece acesso para consulta local e pesquisas a toda comunidade - empréstimos somente para membros e servidores do Ministério Público. Em 2007, o investimento total em aquisições foi de **R\$ 198.989,64**.

	Livros	Periódicos	TOTAL
Empréstimos	11.441	1.429	12.870
Devoluções	11.316	1.404	12.720
Renovações	14.169	1.836	16.005

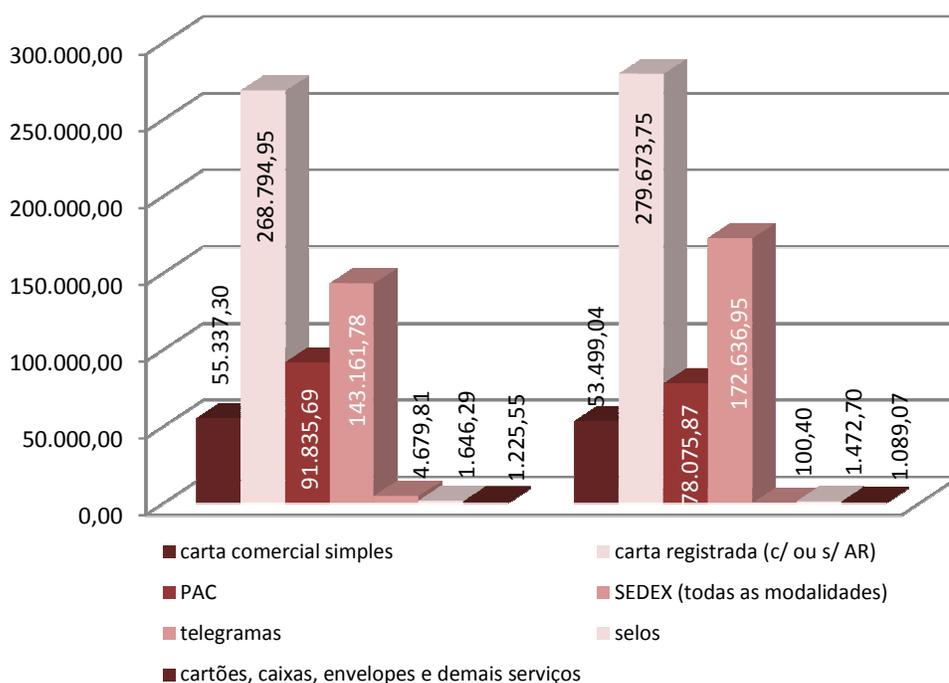
A Biblioteca oferece também o acesso a bases de dados de legislação federal, estadual e do Município de Porto Alegre, que são mantidas e atualizadas pelos bibliotecários (disponíveis aos usuários internos via intranet). Além delas, também existem outras bases de dados jurídicas em CD-ROM que podem ser consultadas no local.

Tipo de Obra	Títulos	Exemplares
Livros	9.680	12.257
Folhetos	444	470
Artigos indexados	3.217	-
Pastas	35	35
Folhas Soltas	164	164
Microfichas	1	1
Periódicos	299	11.516
Capítulos de Livros indexados	1.180	-
CD-ROM	41	43
TOTAL	15.052	24.137

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Foram 260.486 registros de entrada processos no Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) durante o exercício de 2007, na Sede do Ministério Público, sendo que destes, 60,8% foram da Fazenda Pública (158.474 registros). Dos 379.536 registros de entrada de processos nos sistemas SGP, SIJ, SGR e SESP realizados em 2007 na Sede do MP, 68,6% referem-se a registros efetuados no SGP(260.486 registros).

**DESPESA COMPARATIVA 2006/2007 POR MODALIDADE
OU AQUISIÇÃO DE PRODUTOS**



Em 2006 tivemos um gasto com a utilização dos serviços dos Correios da ordem de R\$566.681,37 e em 2007 da ordem de **R\$586.547,78**.

Vinculada à Divisão de Documentação, funciona a Unidade Central de Distribuição e Diligências - UCDD, cujo volume de diligências vem num crescente, todas

sendo cumpridas com um efetivo de 07 Secretários de Diligências, num primeiro momento, e atualmente com 06.

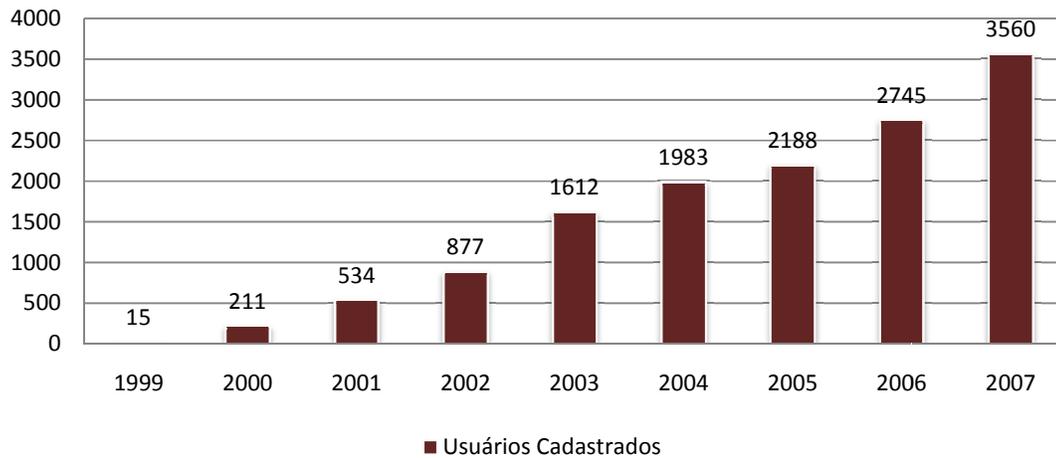
É feito o controle diário das diligências distribuídas e realizadas, por tipo, requerente, local e horário. Estes controles têm por objetivo a implantação do serviço de forma estruturada no exercício de 2008. Pela análise das informações, infere-se que das 1.328 diligências realizadas pela equipe desde 20 de agosto, 1.231, ou seja, 92,7% dizem respeito a entrega de ofícios e apenas **7,3%** a diligências tipicamente caracterizadas como atividade perigosa, segundo Lei Estadual 11.206/98, Art.2º.

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

A Divisão de Informática é responsável pelos serviços e equipamentos de tecnologia da informação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Possui as atribuições de supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática, e propor uma política de informática e implementá-la. Compõem a Divisão de Informática a Assessoria de Projetos de Tecnologia da Informação, Unidade de Aplicativos e Internet, Unidade de Apoio ao Usuário, Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, Unidade de Equipamentos e Unidade de Suporte à Rede.

Quanto à Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação destacam-se as seguintes atividades:
Reformulação dos portais da intranet e internet de diversos setores;
Banco de Talentos;
Criação de diversas bases de dados para os setores do Ministério Público;
Desenvolvimento do Sistema de Ensino à Distância para o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Total de Usuários Cadastrados para acesso aos Sistemas Corporativos



Evolução do Parque de Equipamentos

Descrição	até 2004	2005	2006	2007
Computadores	3783	3471	4754	3471
Impressoras	1347	1880	1880	1880
Scanners	109	105	105	335
Notebooks	60	50	732	882
Servidores de Rede	37	47	47	77
Equipamentos de Rede	540	597	680	597
Total Total de Equipamentos	5876	6150	8198	6150

DIVISÃO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

A Divisão de Arquitetura e Engenharia presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, acompanhando e fiscalizando a realização de obras que, hoje, têm dado dignidade ao trabalho desenvolvido pelos membros do Ministério Público. As principais atividades da Divisão são a elaboração de projetos, laudos, todo o trabalho necessário para

a construção, reforma dos prédios e os serviços de manutenção. Além destes, são executadas pequenas adaptações, com o desenvolvimento de “lay-outs” e fiscalização de serviços.

Obras:
 08 sedes próprias
 05 locações
 05 ampliações
 25 reformas/manutenções
 01 restauro
 Total de laudos: 28
 Total de projetos: 17

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa, em linhas gerais, coordena e executa os serviços auxiliares da Instituição. Gestiona aproximadamente 80 contratos administrativos, tais como contratos de serviços e aquisição de bens. No ano de 2007, em conjunto com as Assessorias Jurídicas da Direção-Geral e da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, foi formulado e publicado ato normativo **proibindo a contratação de cooperativas para prestação de serviços continuados (Provimento n.º 52/2007)**.

Atualmente, a Instituição conta com uma frota de 89 veículos, sendo que cinco foram adquiridos em 2007.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2007 foi publicado o novo regulamento dos Concursos Públicos para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público e definida a divisão do Estado em regiões administrativas, a fim de atender aos concursos regionalizados, bem como as nomeações nessa modalidade de concurso, conforme Provimentos nº 46, 47 e 64/2007.

Destaca-se, também em 2007, a publicação do Provimento nº 36/2007 que reajustou o valor pago a título de bolsa-auxílio e instituiu o benefício do auxílio transporte aos estagiários bolsistas do Ministério Público, o que contribuiu para a redução da rotatividade do quadro e retenção de talentos.

Cabe mencionar que o Ministério Público contava, em dezembro de 2007, com 1.255 estagiários, sendo que 86,37% deste quadro prestava estágio de forma

remunerada e 88,84% cursava a Faculdade de Direito, demonstrando a preocupação da atual gestão em proporcionar a esses estudantes aprendizagem social, profissional e cultural pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio.

Percebeu-se redução de pessoal no último ano, em consequência da impossibilidade de se efetivar a reposição de servidores que deixaram o Ministério Público.

Dezembro	2005	2006	2007
Agente Administrativo	226	275	269
Assessor Jurídico	363	380	357
Assistente de Promotoria de Justiça	96	170	158
Secretário de Diligências	298	312	302

DIVISÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO

A Divisão de Assessoramento Técnico é responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico-cultural, contabilidade, engenharia civil e arquitetura e serviço social e psicologia. Em dezembro de 2007 foram criadas três Unidades: Unidade de Assessoramento Ambiental, Unidade de Assessoramento Contábil e Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos.

Foram expedidos, 413 relatórios técnicos distribuídos entre: avaliações sociais, avaliações psicológicas, vistorias a entidades de atendimento, relatórios de análise de projetos e de políticas públicas, bem como projetos de intervenção. Do conjunto das intervenções realizadas, 90% ocorreram em Porto Alegre e região metropolitana e 10% no interior.

Dentre as demandas coletivas atendidas, na área de Direitos Humanos, destaca-se a fiscalização de entidades de abrigos para crianças e adolescentes, por meio do Projeto de Fiscalização de Abrigos de Porto Alegre e da fiscalização de abrigos no

interior do estado nos municípios de Butiá, Erechim, Ijuí, Santo Augusto, Soledade e Taquari. Realizou-se, ainda, análise de políticas públicas nos municípios de Lajeado (área de exploração sexual), Passo Fundo e Porto Alegre (referente à pirataria), assim como fiscalização a abrigos para idosos em São Borja e Campo Bom.

O Projeto, ainda em curso, visa conhecer a realidade de toda a rede municipal de abrigos, bem como oferecer subsídios técnicos à intervenção do Ministério Público na área. O projeto teve sua execução iniciada em julho de 2006, sendo as visitas concluídas em junho de 2007. Foram realizadas 75 visitas desde o início do projeto, sendo em torno de 30 no ano de 2007. Após a realização das visitas e elaboração do respectivo relatório, realizou-se em outubro o Seminário “Rede de abrigos de Porto Alegre: um olhar sobre a realidade”, com o objetivo de apresentar aos responsáveis pelos abrigos a situação dos abrigos no município.

Quanto à Unidade de Assessoramento Contábil, é de ressaltar a realização do 1º Curso de capacitação para Curadores, no intuito de divulgar o Manual de Prestação de Contas de Família e Sucessões. O Manual foi formulado considerando-se o elevado número de processos de curatela e inventário, que exigem a manifestação do Ministério Público quanto à regularidade das prestações de contas realizadas pelos curadores e que não seguem nenhum modelo de apresentação.

**SUBPROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS**



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais está estruturada no escopo de cumprir suas funções orgânicas: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a estabelecer a ação institucional e promover a cooperação entre o Ministério Público e órgãos externos.

Para auxiliar a consecução destes objetivos, encontram-se vinculados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais: o Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, o Gabinete Eleitoral, a Força-tarefa Bingos, os Centros de Apoio Operacional e o Memorial do Ministério Público.

Convênios Provimento 13/2005:
30 propostas analisadas
07 celebrados
19 apreciados favoravelmente
03 não foram renovados

Ao longo do ano de 2007, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais desenvolveu suas atividades a partir do **Plano Geral de Atuação Institucional 2007**, sempre buscando o aprimoramento da política institucional. Com esse foco, participou ativamente do GEMP 2022 – Gestão Estratégica do Ministério Público; bem como apoiou ações por área de atuação (meio ambiente, cidadania, infância e juventude, ordem urbanística, consumidor, criminal e cível). Noutra face de sua atuação, no atendimento de membros da Instituição, serviu de instrumento para a solução de diversos procedimentos, buscando a valorização da função do Promotor de Justiça como órgão agente (autor de ações), o incremento do contato social e a efetividade de atuação.

GABINETE DE APOIO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional participa da construção de diretrizes e metas da Instituição, atuando, neste particular, de forma articulada com o Gabinete de Articulação e Gestão Integrada e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e em permanente contato com os Centros de Apoio Operacional, bem como prestando assistência aos órgãos de execução no planejamento de suas atividades funcionais e contribuindo na busca de integração dos diversos organismos institucionais.

Nesse escopo, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais há alguns anos vem procurando informar e qualificar os Membros do MP-RS em relação à atividade de inteligência. Com este objetivo foi realizado o “Ciclo de Estudos e Procedimentos Básicos de Inteligência”, um curso organizado e ministrado por integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Programa Veraneio 2007

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Provimento n.º 27/2006, visando a atender aos anseios da sociedade e a dar cumprimento a sua missão constitucional, através do Programa Veraneio, implementado durante os meses de janeiro e fevereiro de 2007 nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, adotou medidas estratégicas para responder às necessidades decorrentes do aumento da população no litoral norte.

Promotoria	Pessoas atendidas	Entrada Processos Criminaís	Entrada Processos Cíveis	Entrada Processos Inf. Juv
TRAMANDAÍ	799	4567	389	351
	948	5685	338	358
CAPÃO DA CANOA	589	3119	723	294
	683	3938	623	285
TORRES	584	2609	438	261
	648	2991	466	422
TOTAL	1972	10295	1550	906
	2279	12614	1427	1065

OBS: Os dados em azul são relativos ao Programa Veraneio 2006
Os dados em preto são relativos ao Programa Veraneio 2007.

PESQUISA DE OPINIÃO

Questionamento	Comparecimento espontâneo	Comparecimento por notificação	Média
Atendimento pelos servidores	Ótimo 80% 78%	Ótimo 64% 62%	97% de avaliação positiva 97,5% de avaliação positiva
	Bom 18% 21%	Bom 32% 34%	
Tempo de espera	Até 15min 92% 87%	Até 15min 83% 75%	87,5% até 15min 81% até 15min
	Até 30min 6% 8%	Até 30min 13% 17%	9,5% até 30 min 12,5% até 30min
Atendimento pelo Promotor	Ótimo 81% 81%	Ótimo 71% 69%	97% de avaliação positiva 95% de avaliação positiva
	Bom 17% 16%	Bom 25% 27%	
Avaliação Geral dos Serviços	Ótimo 72% 73%	Ótimo 53% 53%	95% de avaliação positiva 94% de avaliação positiva
	Bom 24% 23%	Bom 41% 39%	

Universo da pesquisa = 1359 formulários;
OBS: Os dados em azul são relativos ao Programa Veraneio 2006,
os dados em preto são relativos ao Programa Veraneio 2007.

Combate à Pirataria

Durante o ano de 2007, foi realizada a 7ª Reunião do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria, na qual foi discutida e aprovada a renovação do Termo de Cooperação e apresentado aos participantes o projeto piloto de educação “**ESCOLEGAL**”. O projeto visa a educar alunos, pais e professores quanto aos riscos do consumo de produtos ilícitos; às armadilhas do fácil acesso a esse tipo de mercadorias; e à proximidade dessas atividades com as demais formas de manifestação da criminalidade organizada. O projeto, inicialmente, foi desenvolvido em três escolas da rede estadual de Porto Alegre e contou com o acompanhamento da Equipe Técnica da Divisão de Assessoramento Técnico do MPRS. Em 03 de dezembro, Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, foi assinado o novo Termo de Cooperação, que foi adaptado às novas diretrizes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP.

Ainda nessa seara, em agosto de 2007, realizou-se o Seminário de Combate à Pirataria. O evento, promovido pela Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais (representada pelo GABPLAN) e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em parceria com o Fórum Nacional de Combate à Pirataria, teve como objetivos principais atualizar e aprimorar os conhecimentos de membros e servidores do Ministério Público e de outros órgãos públicos responsáveis pela atividade de fiscalização na área de combate à pirataria. Participaram do evento aproximadamente 300 agentes públicos.

Protocolo de Intenções entre MPRS e Estado do Rio Grande do Sul, por meio das Secretarias da Justiça e do Desenvolvimento Social e da Fundação de Atendimento Sócioeducativo do Rio Grande do Sul

Intermediado pelo GABPLAN, em 18 de dezembro de 2007 foi assinado e publicado Protocolo de Intenções, visando à implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo, cujo objetivo principal foi a conjugação de esforços e de iniciativas destinadas à criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das estruturas do Estado com vistas ao cumprimento das medidas socioeducativas de

internação e semiliberdade aplicadas ao adolescente autor de ato infracional e ao apoio técnico aos Municípios para a criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.

GABINETE DE ACESSORAMENTO ELEITORAL

O Gabinete de Assessoramento Eleitoral tem como missão institucional realizar o assessoramento, atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Tal órgão auxiliar configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

Subsídios enviados:
Número de consultas: 503
Modelos: 249
Legislação: 116
Jurisprudência: 540
Doutrina: 65
Pareceres exarados: 15

MEMORIAL

Tendo como objetivo inicial preservar a memória institucional, foi criado no ano de 2000 o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Gradativamente, torna-se também um agente cultural, desenvolvendo suas atividades a partir de três linhas de atuação: o programa de História Oral, o programa de Pesquisas e Publicações e o programa de Produção e Eventos.

Publicações em 2007:

SOUTO, C. V. ,BISCHOFF A. W. *Garibaldi: A Gênese do Mito* In: Omar de Barros Filho; Ricardo Vaz Seelig; Sylva Bojunga (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, v. 3, p. 125-144;

SOUTO, C. V. ,BISCHOFF, A. W. *Garibaldi e a Revolução Farroupilha* In: Omar de Barros Filho; Ricardo Vaz Seelig; Sylva Bojunga (org.). *Sonhos de Liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, v. 4, p.125-137.
Publicação de artigo do Promotor de Justiça Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto sobre os 150 anos do Palácio do Ministério Público. *Jornal O Sul*, 10/09/2007.

Exposições, Eventos e Projetos:

"História do Ministério Público Gaúcho"

Apresentou alguns momentos da história da Instituição, destacando a luta de Promotores e Procuradores de Justiça que fizeram com que o Ministério Público se tornasse o guardião da cidadania, além de apresentar essa evolução institucional através de objetos, móveis e documentos de época. Vale salientar que esta é a 1ª exposição permanente sobre o Ministério Público no Rio Grande do Sul, servindo como mais um canal de aproximação da Instituição com a sociedade, uma vez que abre as portas para o cidadão. Subsidiou a atuação do Memorial na Semana do Ministério Público no Interior, exposição itinerante que objetivou levar até as comunidades locais um pouco da trajetória da instituição ministerial, por meio de painéis que apresentaram fotos, datas e fatos marcantes das diversas administrações superiores que se sucederam ao longo dos anos.



"A Ferro e Fogo", Tempo de Solidão

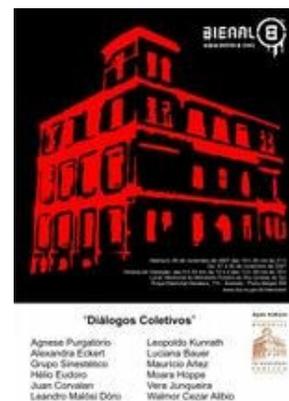
Alusiva à obra homônima do escritor Josué Guimarães e baseada na minissérie produzida pela RBS TV. A mostra reuniu trabalhos do artista e obras em diversas técnicas, como óleo sobre tela, esculturas em terracota, aquarelas, entre outras, de filhos, sobrinhos e netos de Josué Guimarães.

"A Tutela do Patrimônio Público"

Evento no qual ocorreram palestras, visita guiada ao Palácio e exposição a respeito da intervenção do Ministério Público gaúcho na proteção do patrimônio público do Estado.

Bienal B - Diálogos Coletivos

A mostra contou com trabalhos que abordaram temáticas relativas às atividades desempenhadas pelo Ministério Público perante a sociedade, como o combate à violência contra a pessoa, crimes contra o meio ambiente, as questões indígenas, entre outras.



Projeto Educação

O Projeto Educação foi criado em 2007 visando a divulgar aos estudantes do ensino fundamental e médio as atribuições e o Palácio, do Ministério Público. Para tal, foi criada uma cartilha com atividades lúdicas e um programa de visita guiada pelo Palácio.

Semana comemorativa dos 150 anos do Palácio do MP

No dia 05 de setembro, comemoram-se os 150 anos da pedra fundamental do prédio que abriga atualmente o Palácio do Ministério Público. Neste período foi possível conhecer a história da edificação e sua relevância política e cultural através de passeio interno no Palácio e apresentação de palestras. Outrossim, para a comemoração do sesquicentenário, foi confeccionado um selo alusivo aos 150 anos do prédio, que popularmente se denominou "**Forte Apache**", o qual o Memorial, desde então, tem utilizado em seu eventos e exposições.



EIXOS DE ATUAÇÃO





EIXOS DE ATUAÇÃO

Historicamente, o Ministério Público organizou-se em sete grandes eixos de atuação, que correspondem à atual estrutura dos Centro de Apoio Operacional, aos quais foram designadas novas tarefas (Provimento 15/2007). Neste contexto, destacam-se algumas realizações.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

- **Curso Técnico de Coleta de Testemunho Adulto e Infantil** - Realizado visando à qualificação dos membros e técnicos do Ministério Público para utilizar técnicas avançadas de coleta de testemunho adulto e infantil, a fim de obter o melhor resultado possível das entrevistas, tais como identificação de testemunhas e falsas memórias. Trata-se de experiência pioneira no país e na América Latina.

- **V Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** - Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2003, e tendo como objetivo principal aprofundar a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pela rede de proteção infanto-juvenil. Foram realizadas **15** audiências públicas, abrangendo **143 municípios gaúchos**, alcançando um público aproximado de **3.000 pessoas**. A proposta da V Jornada foi a de ampliar a rede de proteção, permitindo o ingresso de **17 instituições** como parceiras do compromisso, assim como a participação de novos municípios.

- **Transporte Escolar** - O Ministério Público intermediou as negociações entre o Governo do Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), resultando na assinatura de **Termo de Acordo** com a finalidade de reger o pagamento do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino, meio rural, realizado pelos municípios no ano letivo de 2007.

- **“Bully”** - Outra ação de impacto referiu-se à comercialização no Rio Grande do Sul do **Jogo “Bully”** (atividade em que o jogador, para vencer a partida, deveria efetuar ações de agressão contra professores, atos de violência e de promiscuidade), o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e o Centro Integrado de Defesa do Consumidor convidaram a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas

Exigir qualidade na educação básica

para analisar o material e informar tecnicamente sobre os possíveis efeitos no psiquismo de crianças e adolescentes. No início de 2008, a partir de representação encaminhada pelo Ministério Público, decisão judicial proibiu a importação, distribuição e comercialização do referido jogo.

- **Parceria com o DECA** - Por fim, menciona-se os trabalhos realizados em parceria com o DECA, dos quais resultaram proposta de alteração legislativa que não permita interpretação diversa do artigo 243 do ECA, que não seja a de criminalizar a conduta de quem dá ou vende bebida alcoólica para criança ou adolescente, está proposta foi apresentada ao Secretário Estadual de Segurança para estudo. A parceria estabelecida resulta da convicção de que a redução do consumo de bebida alcoólica pelos jovens permite melhoria no sistema de saúde pública, assim como no de segurança. Em outubro foi assinado pelo Ministério Público um **Termo de Cooperação Operacional** tendo por objetivo combater a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes em Porto Alegre. Pelo acordo, os estabelecimentos comerciais deverão exigir a apresentação do documento de identidade para comprovação da idade.

CRIME

- **Sonegação Fiscal** - Na área do combate à **Sonegação Fiscal** e aos **Crimes Tributários** os trabalhos investigativos do Ministério Público, oriundos da coleta de depoimentos e de documentos, inclusive de outros Estados, forneceram subsídios e desencadearam inúmeras ações fiscais. Em 2007, o Ministério Público, através da Promotoria Especializada no Combate aos Crimes Tributários, somente de um acusado pediu o seqüestro de **62** bens, sendo **25** imóveis e **37** veículos, calculados em **R\$ 12 milhões**. Neste caso específico, ocorrido na Serra gaúcha, a fraude foi detectada inicialmente pela Receita Estadual, que repassou as informações à Promotoria Especializada. Os prejuízos aos cofres públicos provocados pela sonegação em ICMS atingiram **R\$ 48,5 milhões**.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Intensificar o combate à corrupção e ao crime organizado

Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência

- Ao longo de 2007, a Promotoria de Justiça Especializada de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária denunciou **92** sonegadores, cujos prejuízos ultrapassam **R\$ 150 milhões**. Desde 2000, a Promotoria abriu processo-crime contra **950** fraudadores que lesaram os cofres gaúchos em mais de **R\$ 1 bilhão**.

- **"Operação Gabarito"** - Ao longo de 2007, vários Promotores de Justiça ingressaram com ação civil pública nos Foros locais, contra Prefeitos e Secretários Municipais envolvidos no esquema que burlava concursos públicos, foi a chamada **"Operação Gabarito"**. Afastamento de Prefeitos, desconstituição de concursos públicos, fixação de multas, perda dos direitos políticos, indisponibilidade de bens e

ressarcimento ao erário público foram algumas das solicitações feitas pelo Ministério Público à Justiça.

- **“Nerds II”** - O Ministério Público também denunciou à Justiça 20 dos 29 integrantes do grupo de hackers durante a operação **“Nerds II”**. A ação foi efetuada por agentes da Força-Tarefa da Promotoria de Justiça Especializa Criminal da Capital e teve apoio da Polícia Civil. Os hackers – indivíduos que ingressam em sistemas fechados de computadores – lesando clientes e instituições financeiras, desviaram via Internet mais de **R\$ 10 milhões** de contas bancárias.

- **Bingos** – destacam-se, também, os números impressionantes das diversas operações de apreensão de máquinas caça-níqueis realizadas pela ForçaTarefa Bingos e pelos Promotores de Justiça do interior do Estado no combate ao jogos ilícitos: **3.794** máquinas “caça-níqueis” e **R\$ 432.675,79** apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos que operavam no interior do Estado; **3.499** máquinas “caça-níqueis” e **R\$ 546.312,26** apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos que operavam na Capital e **R\$ 422.805,51** obtidos em transações penais, os quais foram destinados, dentre outras entidades, ao Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS), Polícia Civil, Instituto Miguel Dario, Conselho Pró Segurança Pública (CONSEPRO).

MEIO AMBIENTE

- **Águas Subterrâneas** - Neste eixo, no ano de 2007, o Ministério Público enfrentou assuntos como a proteção e o adequado uso das **águas subterrâneas** no âmbito do Estado, o gerenciamento dos **resíduos sólidos** nos prédios da Instituição, assim como os reflexos da questão do desastre ambiental ocorrido no **Rio dos Sinos**, em outubro de 2006, quando **86 toneladas** de peixes morreram.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Garantir a proteção
dos recursos hídricos

- **Silvicultura** - Foram discutidas situações pontuais relativas à expansão da plantação de árvores em grandes extensões de terra no Rio Grande do Sul. O objetivo do Ministério Público é garantir uma regulamentação que propicie a preservação do meio ambiente, para tanto, há um **Termo de Ajustamento de Conduta** celebrado entre o Ministério Público e o Governo do Rio Grande do Sul, impondo a realização do Zoneamento Ecológico do Estado e o Licenciamento Ambiental da Silvicultura submetido ao prévio Estudo de Impacto Ambiental.

- **Créditos de Carbono** - Foi composta uma comissão para discutir a atuação do Ministério Público nessa frente. O objetivo do grupo é definir uma posição Institucional sobre a possibilidade de viabilizar, nos Termos de Ajustamento de Conduta e nas Ações Cíveis Públicas, compensações ambientais através da neutralização ou da venda de

créditos de carbono. A compra de créditos de carbono é uma ferramenta importante nesse contexto, sendo que o Ministério Público poderá contribuir para o enfrentamento do problema, em suas atuações judicial e extrajudicial. A Instituição vai propor ações que obriguem os agentes poluidores, como forma de compensação ambiental, a desenvolver projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, em áreas como a geração de energia elétrica, suinocultura, aterro sanitário, entre outras, de modo a inibir e reduzir as emissões de CO², fazendo, inclusive, com que tais atividades - do ponto de vista ambiental - tornem-se sustentáveis economicamente.

- **Bacias Hidrográficas** - Em outra frente, atendendo antigo desejo da classe de que atuações institucionais de caráter regionalizado fossem possíveis, desencadearemos ações em cada uma das **25 Bacias Hidrográficas** existentes em nosso Estado. Atuaremos, prioritariamente, na restauração das **matas ciliares** e no tratamento dos resíduos sólidos, buscando a recomposição das áreas onde identificada a existência de “**lixões**” e a implementação de políticas públicas para o enfrentamento do tema, com foco na educação ambiental.

DIREITOS HUMANOS

Na promoção dos **direitos humanos**, temos uma frente de atuação prioritária, com ênfase para a efetivação dos direitos prometidos pela Constituição Federal na área da saúde pública, cuidando-se, ainda, da tutela da população idosa e de prevenir discriminações de todo tipo, seja em função de sexo, cor, religião, etc.

Mapa Estratégico MPRS

Perspectiva: Processos

Foco de Atuação

Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde

- **Saúde** - Dando continuidade à implementação e à difusão da Política Estadual de Saúde e objetivando, ainda, instrumentalizar os Promotores de Justiça na área, promovendo espaços para discussão da dinâmica do SUS e o papel do Ministério Público para a efetiva aplicação desta Política, foram realizados no ano de 2007 sete encontros regionais de saúde no Estado. Assim como foi assinado **Termo de Ajustamento de Conduta** com o Município de Porto Alegre, no sentido de que se abstenha de contratar profissionais para a área da atenção básica da saúde, incluindo os profissionais do Programa Saúde da Família, sem a realização de concurso público ou de processo seletivo público.

- **Política Nacional de Planejamento Familiar** - No ano de 2007, se vem intensificando a divulgação e implementação da **Política Nacional de Planejamento Familiar** (Lei 9.263/96), como ação básica de saúde voltada à constituição de um ser humano autônomo e menos conflituoso no meio social. Para tanto, em março, o Ministério Público celebrou **Protocolo de Intenções** para Promoção do **Planejamento Familiar** no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o Governo do Estado, a

Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. Foi promovido ainda um importante evento na área que objetivou desenvolver um Seminário experimental sobre **Paternidade Responsável**, introduzindo a idéia da Escola de Paternidade Responsável, projeto permanente, com início previsto para o ano de 2008.

- **Portadores de Necessidades Especiais** - Foram realizados oito encontros regionais para discussão das **Políticas para Pessoas com Deficiência** no Estado do Rio Grande do Sul, bem como seminário acerca do assunto, possibilitando um espaço de integração entre as entidades de atendimento, municipais e estaduais, como também entre as pessoas portadoras de necessidades especiais.

- **Idoso** - Com o objetivo de propiciar espaço de discussão e troca de experiências sobre o **Estatuto do Idoso** e sobre a necessidade de medidas que viabilizem a garantia dos direitos nele assegurados foram realizados encontros ao longo de 2007. Os resultados foram positivos no sentido de colher informações sobre o estabelecimento de rede de atendimento de todos os municípios do Estado, bem como, das demandas existentes na área, reflexos da aplicação da Lei nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

CÍVEL

Na área **cível** em geral, além de atuarmos em todos os processos judiciais em que há interesse social ou individual indisponível (causas de família, incapazes), há especial atenção à defesa do patrimônio público, especialmente no combate à improbidade administrativa; no decorrer de 2007 desenvolveram-se projetos destinados a difundir os mais atualizados conceitos de combate à **improbidade administrativa** dos agentes públicos.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público

O Ministério Público procura enfrentar alguns temas emblemáticos que refletem as formas mais freqüentes de desvio de valores e de desvio de finalidades no seio da administração pública, como as **licitações**, as concessões de **diárias**, o **nepotismo** e o relacionamento do setor público com entidades do chamado **terceiro setor**.

- "**Fraude dos Selos**" - Em ação de grande repercussão a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre ajuizou ação civil pública de responsabilidade por improbidade administrativa contra Ubirajara Macalão e outras pessoas que participaram da chamada "**fraude dos selos**" na Assembléia Legislativa. A fraude ocasionou um dano ao patrimônio público estimado em, no mínimo, **R\$ 3,3 milhões**.

- **“Farra das Diárias”** - Destaca-se também as diversas denúncias pelos crimes de peculato, concussão, uso de documento falso, falsidade ideológica, formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva oferecidas pelo Ministério Público contra parlamentares e servidores do Poder Executivo envolvidos na chamada **“farra das diárias”**.

CONSUMIDOR

Nesta área, efetivou-se experiência piloto (Provimento n.º 22/2007) integrando o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, surgindo desta união o **CENTRO INTEGRADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CIDECON)**.

Mapa Estratégico MPRS

Perspectiva: Processos

Foco de Atuação

Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos

- **Combate à adulteração de combustíveis** - O Ministério Público vem atuando na coibição de fraudes na qualidade dos combustíveis comercializados em conjunto com outros órgãos públicos, como a ANP – Agência Nacional de Petróleo, o Laboratório de Combustíveis da UFRGS, a Fundação CIENTEC e o INMETRO, o que tornou o RS o estado com menor índice de adulteração no país. Além dessa atividade, também adotou medidas voltadas à prevenção de danos aos consumidores pela oferta ou **publicidade enganosa** sobre a origem dos combustíveis. A **clonagem de marcas** de distribuidoras conhecidas foi fortemente coibida no nosso Estado através da celebração de compromisso de ajustamento com 16 distribuidoras. Por iniciativa do Ministério Público, em 2007, das aproximadamente **850** amostras coletadas e analisadas, **18** foram objetos de medidas judiciais em todo o Estado, proibindo a comercialização do combustível. Todos os casos foram desencadeados a partir do trabalho do **CIDECON**, que com seu laboratório móvel, em parceria com as Promotorias do Interior do Estado, realiza as coletas, analisa o combustível e toma as medidas cabíveis em casos de adulterações.

- **Leite** - Importante ressaltar a recente celebração de **Termo de Cooperação** entre o Ministério Público Estadual e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde, a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates visando a implementar uma atuação conjunta na avaliação da conformidade dos **produtos lácteos** no Estado, com vistas a prevenir e coibir qualquer alteração das características dos produtos lácteos que tenham o potencial de torná-los inadequados, químico ou biologicamente, ao consumo, ou que, de alguma forma, desrespeite às exigências de qualidade ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor e pela legislação específica.

ORDEM URBANÍSTICA

- **Estatuto da Cidade** - O compromisso do Ministério Público foi reforçado pelo Estatuto da Cidade, onde a regularização fundiária ganha destaque. O Promotor de Justiça protagoniza a inserção de número expressivo de pessoas, geralmente de baixa renda, à cidade formal, compelindo o loteador ou o Município a registrar o **loteamento irregular**, conferindo aos adquirentes de terrenos loteados segurança jurídica e minimizando o grave problema da habitação.

Mapa Estratégico MPRS

Perspectiva: Processos

Foco de Atuação

Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios

Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

- **Regularização Fundiária** - O Ministério Público e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, assinaram **Termo de Cooperação**, objetivando o estabelecimento de bases para cooperação técnico-operacional para a implementação da regularização fundiária de interesse social. A parceria tem por escopo facilitar a implementação dos planos diretores e a troca de informações, tornando mais eficazes as medidas e ações na regularização fundiária.

- **Loteamentos Clandestinos** - Além de ter intermediado as tratativas que culminaram com a assinatura do referido **Termo de Cooperação**, ao longo de 2007, o Ministério Público deu prosseguimento às tratativas para a elaboração e assinatura de Termo de Cooperação envolvendo a Prefeitura de Porto Alegre, SINDUSCON, CRECI, SERGS, DEMHAB, Brigada Militar e CREA, cujo escopo é o de regularizar **loteamentos clandestinos**, bem como congelar as **ocupações irregulares**, com vistas à tutela do direito de moradia e ao impedimento do crescimento desordenado dos assentamentos informais, no âmbito da Capital gaúcha.

- **Surf x Áreas de Pesca** - Outro tema que mereceu atenção especial na pauta da Instituição ao longo de 2007, foi a demarcação de áreas para pesca e loteamentos clandestinos no litoral norte gaúcho, trazido ao Ministério Público pelo Deputado Estadual Sandro Boka e integrantes da **Federação Gaúcha de Surf (FGS)**.

- **Plano Diretor** - Trabalhamos, também, no fomento ao Plano Diretor como instrumento de política urbana, adotando uma postura preventiva e de orientação técnica aos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, visando evitar a atuação ministerial em juízo quando já perpetrado o ato ilícito.

**CORREGEDORIA-
GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**





CORREGEDORIA- GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público. A Corregedoria é comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, que é auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, por ele indicado ao Procurador-Geral de Justiça, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias, além de substituí-lo em eventuais faltas, impedimentos e suspeições. Além disso, conta com uma equipe de Promotores de Justiça de entrância final, denominados Promotores-Corregedores, atualmente formada por 8 integrantes, também indicados ao Chefe da Instituição pelo Corregedor-Geral.

MATÉRIA DISCIPLINAR/CORREICIONAL	
Inspeções realizadas	138
Orientações/ Recomendações expedidas em inspeções	77
Expedientes Instaurados	152
Manifestações	225
Pareceres	206
Portarias de instauração	05
Relatórios finais/Pareceres conclusivos	06
Portarias de instauração	07
Relatórios conclusivos/Pareceres	04
Procedimentos Investigatórios Criminais recebidos do Procurador-Geral de Justiça por delegação	10
Relatórios	02

No desempenho das suas atribuições, cumpre à Corregedoria-Geral fornecer aos demais órgãos da Administração Superior os subsídios necessários para o exercício das suas funções, manifestando-se sobre a maioria dos assuntos relativos ao Promotor e à Promotoria, buscando, com isso, a aproximação entre os agentes ministeriais – especialmente aqueles classificados no interior do Estado – e a Administração Superior.

Assim, através de inspeções ordinárias, relatórios de atividades, acompanhamento dos estágios probatórios e demais informes, a Corregedoria-Geral almeja a plena realização dos seus objetivos, seja fiscalizando preventivamente os trabalhos dos Promotores de Justiça, seja orientando-os nos seus eventuais equívocos ou dúvidas.

Enfatiza-se a função de orientação dos Promotores de Justiça no âmbito do Ministério Público, fornecendo-lhes orientações e recomendações de índole pessoal, funcional e jurídica, resguardando a independência funcional dos Promotores de Justiça e a dignidade da Instituição. Ademais, exerce também a função de fiscalização, recebendo representações e demais formas de notícias contra os agentes ministeriais, dando o devido encaminhamento e, se necessário, instaurando os respectivos procedimentos disciplinares, para o posterior julgamento pelos órgãos colegiados da Instituição.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2º Grau – Procuradorias de Justiça

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2006	1.721	63.989	59.845	2.524	993
2007	5.159	80.316	77.056	4.677	1.045

*fonte: SUBJUR

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2006	695	30.936	30.118	975	397
2007	1.778	35.793	35.552	855	428

*fonte: SUBJUR

1º Grau – Promotorias de Justiça

Legenda

DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA (saúde, consumidor, meio ambiente, direitos humanos, etc.)
INFÂNCIA E JUVENTUDE
CÍVEL
ELEITORAL
CRIMINAL
PLANTÃO DE PORTO ALEGRE

DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA		
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL ATUAÇÃO JUDICIAL	Pessoas atendidas	13.433
	Notícias/representações/reclamações recebidas	3.913
	Indeferimento de instauração	560
	Peças de informação/inquéritos civis/proc. administrativos instaurados	5.454
	Audiências realizadas (IC, PI e PA)	11.860
	Vistorias realizadas pessoalmente	334
	Audiências públicas/reuniões realizadas	985
	Compromissos de ajustamento firmados	3.624
	Promoções de arquivamento	5.860
	Ações ajuizadas	1.704
ATUAÇÃO CRIMINAL	Procedimentos investigatórios criminais instaurados	283
	Requisição de IP ou TC	674
	Denúncias oferecidas	394
	Encaminhados ao JECRIM	729
	Pedidos de diligências	566

INFÂNCIA E JUVENTUDE			
MATÉRIA CÍVEL	ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	Notícias/representações/reclamações recebidas	6.326
		Peças de informações e inquéritos civis instaurados	776
		Outros expedientes administrativos instaurados no período (PA, RD, NT etc.)	4.882
		Audiências realizadas (IC, PI, SI e PA)	2.629
		Vistorias realizadas pessoalmente	134
		Compromissos de ajustamento firmados	73
		Promoções de arquivamento	2.181
		Audiências públicas/reuniões realizadas	855
		FICAls recebidas	4.070
		Comunicações de internação compulsória recebidas	1.009
MATÉRIA CRIMINAL	ATUAÇÃO JUDICIAL	Ações civis ajuizadas no período	849
		Representações por irregularidades ou infrações administrativas ajuizadas no período	264
		Medidas de proteção propostas no período	1.974
		Suspensão ou destituição do poder familiar propostas no período	812
MATÉRIA CRIMINAL		Inquéritos policiais recebidos no período	1.163
		Inquéritos policiais vindos do período anterior	207
		Pedidos de diligências	228
		Denúncias oferecidas	724
		Pedidos de arquivamento	807
ATO INFRACIONAL		Expedientes transferidos do período anterior	1.335
		Expedientes recebidos no período	17.397
		Pedidos de diligências	4.308
		Expedientes pendentes de manifestação	854
		Pedidos de arquivamento	10.156
		Audiências de apresentação realizadas	15.019
		Remissões concedidas, sem aplicação de medidas	1.771
		Remissões concedidas, com aplicação de medidas	7.076
		Representações oferecidas	6.765
		Internações provisórias requeridas	839
		Total de adolescentes representados	8146
		Total de Medidas Socioeducativas aplicadas	7735
DADOS GERAIS		Pessoas atendidas	23.303
		Procedimentos em tramitação na Promotoria, relacionados a abrigamento	85
		Crianças/adolescentes abrigados no período	1.835
		Total de crianças/adolescentes abrigados	989
		Entidades de abrigamento existentes no Estado	85

CÍVEL				
FAMÍLIA E SUCESSÕES	Intervenções em habilitação de casamento		30.701	
	Promoções		74.062	
	Pareceres		145.235	
	Ações ajuizadas pelo Ministério Público		516	
	Acordos firmados na Promotoria		369	
	Inspeções do Ministério Público (tutelas e interdições)		238	
	Recursos interpostos pelo Ministério Público		66	
	Manifestação em recursos das partes		911	
	Outras hipóteses		1.340	
VARAS CÍVEIS	Ações ajuizadas pelo Ministério Público		555	
	Promoções		21.931	
	Pareceres		36.724	
	Recursos interpostos pelo Ministério Público		212	
	Manifestações em recursos das partes		879	
	Outras hipóteses de intervenção		12.014	
FUNDAÇÕES	Fundações em funcionamento		345	
	Visitas de inspeção realizadas		59	
	Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações		12	
	Outras formas de atuação		96	
FAZENDA PÚBLICA	Promoções		29.774	
	Pareceres		112.580	
REGISTROS PÚBLICOS	Promoções		2.951	
	Pareceres		9.602	
	Ações ajuizadas pelo Ministério Público		19	
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	MATÉRIA CRIMINAL	Denúncias oferecidas		78
	MATÉRIA CÍVEL	Promoções em falências		3.427
		Pareceres em falências		4.294
		Promoções em recuperações judiciais		53
		Pareceres em recuperações judiciais		17
		Pareceres em habilitação de crédito		6.256
		Recursos interpostos pelo Ministério Público		380
		Leilões assistidos		107
		Vistorias e inspeções		16
		Ações ajuizadas		06
		Outras hipóteses		2.004
	DADOS GERAIS	Pessoas atendidas		14.285
		Assistência a rescisões de contrato de trabalho		9.148
		Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou de que participou		607

ELEITORAL		
ATUAÇÃO COMO PROMOTOR ELEITORAL	Inquéritos policiais recebidos do período anterior	158
	Inquéritos policiais recebidos no período	129
	Outros expedientes investigatórios recebidos	161
	Pedidos de arquivamento de inquéritos policiais	58
	Pedidos de diligências em inquéritos policiais	46
	Procedimentos investigatórios criminais instaurados no período (Res.03/04-OECPMP)	05
	Denúncias oferecidas	78
	Promoções diversas em feitos criminais	938
	Alegações finais	38
	Ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça	14
	Ações de impugnação de registro de candidatura proposta	05
	Ações de impugnação de mandato eletivo	04
	Investigações judiciais eleitorais propostas	03
	Representações por propaganda irregular proposta	08
DADOS GERAIS	Pessoas atendidas na Promotoria	230
	Audiências assistidas	347
	Audiências não assistidas	15
	Inquéritos policiais pendentes de manifestação no prazo	02
	Número de processos em carga, ao final do período no prazo	08
	Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou do que participou	25

CRIMINAL			
EXPEDIENTES INVESTIGATÓRIOS	INQUÉRITOS POLICIAIS	Transferidos do período anterior	2.713
		Recebidos no período	224.923
		Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas	21.666
		Pedidos de diligência	25.828
		Arquivamento	118.179
		Pedido de extinção da punibilidade	5.731
		Manifestações diversas	39.874
		Denúncias oferecidas	17.854
		Pendentes de manifestação no prazo	1.924
		Pendentes de manifestação com prazo excedente	890
	PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS CRIMINAIS (Res.. 03/04-OECPMP)	Instaurados no período	395
		Em andamento	211
		Audiências realizadas	596
		Pessoas ouvidas por termo	687
		Promoções de arquivamento	220
		Denúncias oferecidas	88

JUIZADO COMUM	Pareceres e promoções diversos em processos criminais	146.832	
	Alegações finais escritas	24.281	
	Debates orais	564	
	Apelações interpostas	2.494	
	Recursos em sentido estrito interpostos	433	
	Audiências judiciais assistidas	96.745	
	Audiências judiciais não assistidas	22.005	
	Propostas de suspensão condicional do processo	1.697	
	Processos pendentes de manifestação no prazo	350	
	Processos pendentes de manifestação fora do prazo	176	
	Termos circunstanciados transferidos do período anterior	1.880	
	Termos circunstanciados recebidos no período	199.304	
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	Termos pendentes de manifestação	1.174	
	Manifestações diversas em termos circunstanciados	92.833	
	Denúncias oferecidas		
	1) Orais	535	
	2) Escritas	9.720	
	Diligência	19.083	
	Arquivamento por renúncia	14.959	
	Outras promoções de arquivamento	41.107	
	Pedidos de extinção da punibilidade	28.480	
	Transações propostas	21.333	
	Transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto Justiça Terapêutica	589	
	Propostas de suspensão condicional do processo	3.634	
	Audiências assistidas	83.673	
	Audiências não assistidas	19.342	
	Recursos interpostos	574	
	Debates orais	421	
	Alegações escritas em substituição aos debates	2.148	
	PESSOAS DENUNCIADAS (CONSUMADO E TENTADO)	Crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeitos	04
		Crimes comuns cometidos por ex-prefeitos	07
		Homicídio dolo eventual trânsito	26
Homicídio contra criança ou adolescente		37	
Homicídio no ambiente doméstico		55	
Homicídio culposo no trânsito		463	
Homicídio culposo praticado por médico		16	
Homicídio culposo (outras hipóteses)		125	
Homicídio doloso		2.267	
Aborto		65	
Lesões graves contra criança ou adolescente		60	
Omissão de socorro praticado por médico		02	
Maus-tratos contra criança ou adolescente		126	
Furto de veículos		923	
Furto residência ou comércio		6.926	
Roubo contra pedestre		1.921	
Roubo em residência ou estabelecimento comercial		2.351	
Roubo a banco ou a transporte de valores		89	
Roubo em transporte coletivo		307	
Roubo contra criança ou adolescente		16	

PESSOAS DENUNCIADAS (CONSUMADO E TENTADO)	Roubo de veículo	817
	Latrocínio em residência ou estabelecimento comercial	140
	Latrocínio em transporte coletivo	10
	Latrocínio contra criança ou adolescente	09
	Extorsão mediante seqüestro	55
	Receptação de veículos ou peças	1.576
	Estelionato	1.884
	Estupro ou atentado violento ao pudor	634
	Idem, no ambiente doméstico	130
	Idem, contra criança ou adolescente	438
	Idem, cujo agente tem vínculo familiar com a vítima	127
	Abandono material ou intelectual	301
	Contra a administração pública	1.355
	Contra a administração da justiça	518
	Porte de arma	4.093
	Tortura	70
	Tortura contra criança ou adolescente	30
	Embriaguez ao volante	656
	Racismo	14
	Meio ambiente	609
	Tráfico de drogas	2.346
	Porte de tóxicos para uso próprio	1.049
	Ordem tributária	39
	Falimentares	13
	Abuso de autoridade civil	15
	Abuso de autoridade militar	57
	Falsificação de medicamentos	14
	Relações de consumo	125
	Outras infrações penais	17.366
	DA PRISÃO E LIBERDADE	Pareceres em pedidos de prisão/liberdade provisória
Prisões provisórias requeridas		2.263
Recursos interpostos		224
TRIBUNAL DO JÚRI	Audiências assistidas	3.542
	Audiências não assistidas	665
	Alegações do artigo 406 do CPP	2.185
	Libelos	2.127
	Recursos na fase da pronúncia	212
	Sessões realizadas no período	1.537
	Réus absolvidos com pedido do MP	377
	Réus absolvidos sem pedido do MP	260
	Réus condenados	1.161
	Rec. interpostos na fase do julgamento em plenário	168

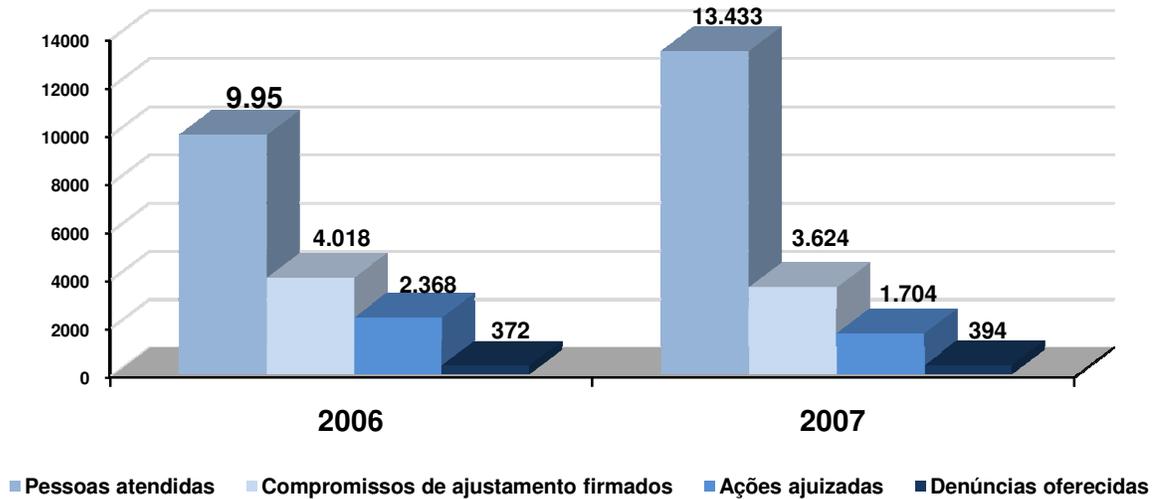
EXECUÇÃO PENAL	Guias de execução fiscalizadas	16.043
	Pareceres e promoções	174.840
	Mandados de segurança e outras medidas autelatórias	1.015
	Recursos interpostos	6.371
	Visitas de controle a presídios	307
	Pessoas atendidas	5.556
	Informações remetidas a apenados	9.524
	Expedientes administrativos instaurados	4.445
	Expedientes administrativos arquivados	3.262
	Apenados ouvidos	2.363
	Requisições de inquéritos ou sindicâncias	3
	Reuniões externas	13
	Requisições de laudos médicos/odontológicos/psiquiátricos	392
AUDITORIA MILITAR	Inquéritos policiais transferidos do período anterior	209
	Inquéritos policiais recebidos no período	1.385
	Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas	82
	Pedidos de diligência	319
	Denúncias oferecidas	150
	Devolvidos com pedido de arquivamento	610
	Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	06
	Devolvidos com outra manifestação	292
	Pendentes de manifestação no prazo	70
	Pendentes de manifestação com prazo excedente	149
	Alegações escritas	321
	Sessões de julgamento realizadas	380
	Recursos interpostos	18
	Contra-razões recursais	262
	Audiências judiciais assistidas	1.452
Audiências judiciais não assistidas	480	
INFORMAÇÕES GERAIS	Pessoas atendidas na Promotoria	13.600
	Atos de controle externo da atividade policial	725
	Inquéritos policiais pendentes de vista junto ao Poder Judiciário	3.778
	Inquéritos policiais aguardando cumprimento de diligências	5.463
	Processos criminais em andamento	124.809
	Processos de execução criminal em andamento	19.992
	Processos de Júri em andamento	4.701
	Processos do Juizado Especial Criminal em andamento	59.293
	Processos da Auditoria Militar em andamento	292

PLANTÃO DE PORTO ALEGRE			
INTERVENÇÕES	INFÂNCIA E JUVENTUDE	Adolescentes infratores apresentados	661
		Representações contra adolescentes	359
		Pedido de internação de adolescente	368
		Pedido de outras medidas de proteção	179
	CÍVEL	Pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica	63
		Manifestação em ação com interesse de menor	69
		Outras manifestações	208
	CRIMINAL	Manifestação em auto de prisão em flagrante	2.195
		Pareceres em pedido de liberdade provisória	835
		Manifestação em representação de prisão preventiva	163
		Manifestação em representação de prisão temporária	161
		Manifestação em pedido de revogação de prisão temporária	29
		Manifestação em representação em pedido de busca e apreensão	900
		Manifestação em representação de interceptação telefônica	451
		Pedido de prisão preventiva	124
		Quebra de sigilo telefônico	251
Outras manifestações		631	
DESIGNAÇÕES – JUIZADO COMUM	Contra-razões recursais	443	
	Devolvidos com denúncias	229	
	Devolvidos com pedido de arquivamento	175	
	Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	58	
	Devolvidos com pedido de diligências	241	

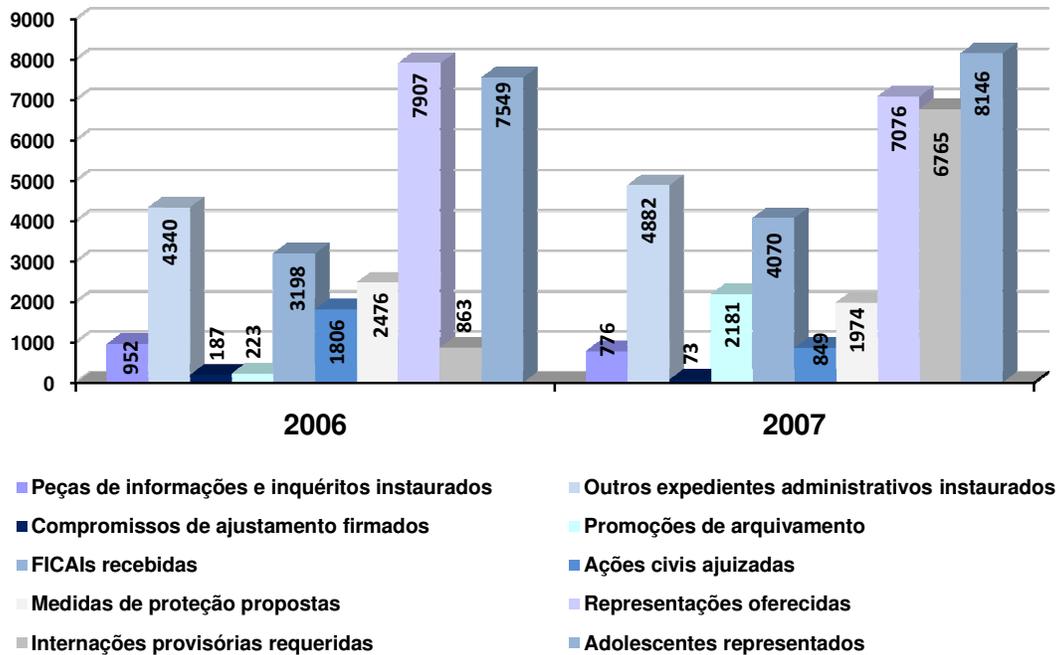
*fonte: CORREGEDORIA-GERAL

GRÁFICOS COMPARATIVOS – 2006 X 2007

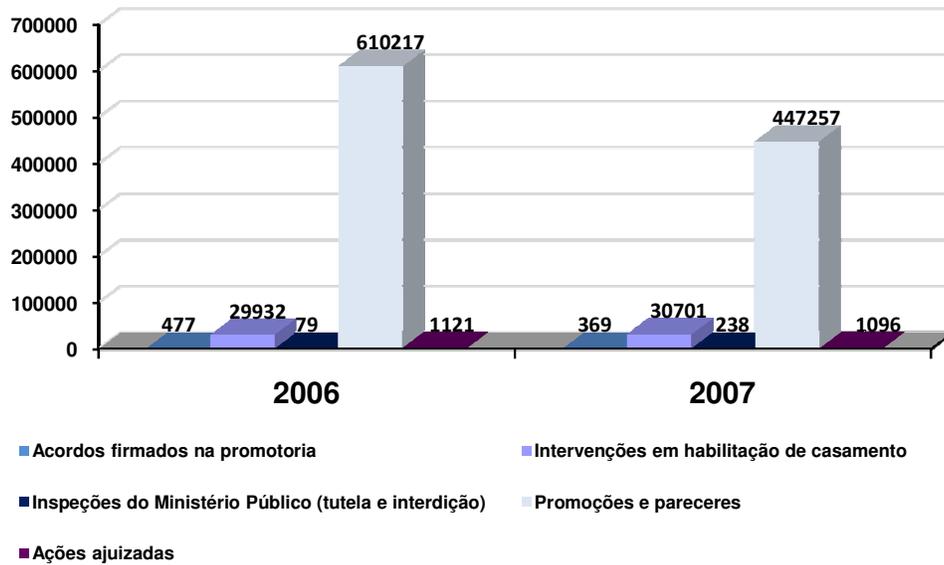
DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA



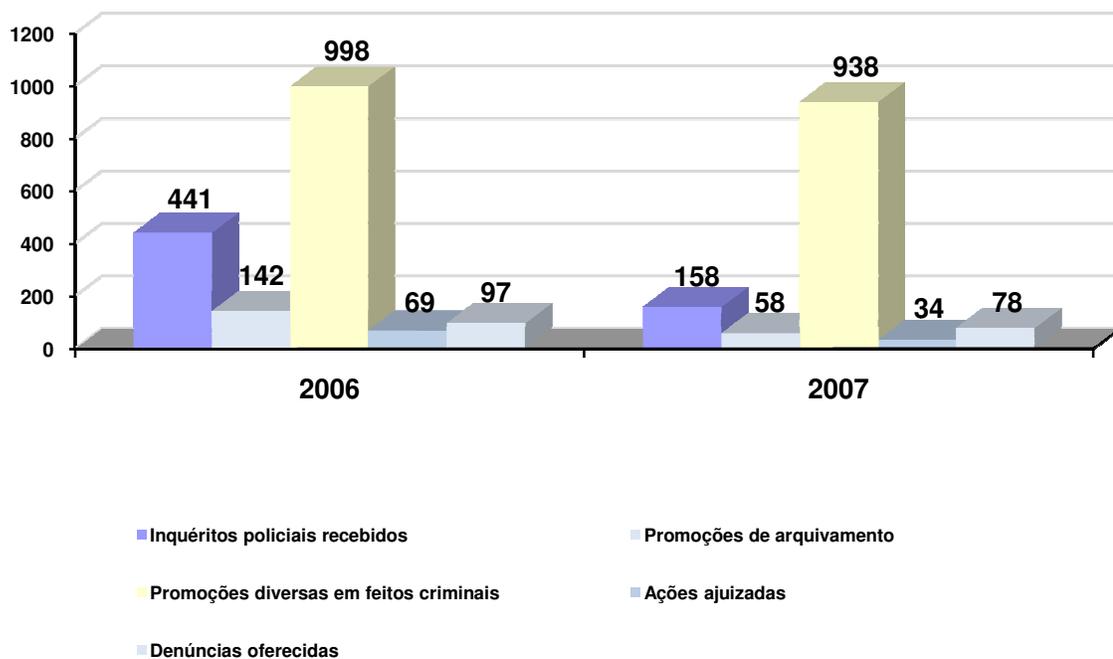
INFÂNCIA E JUVENTUDE



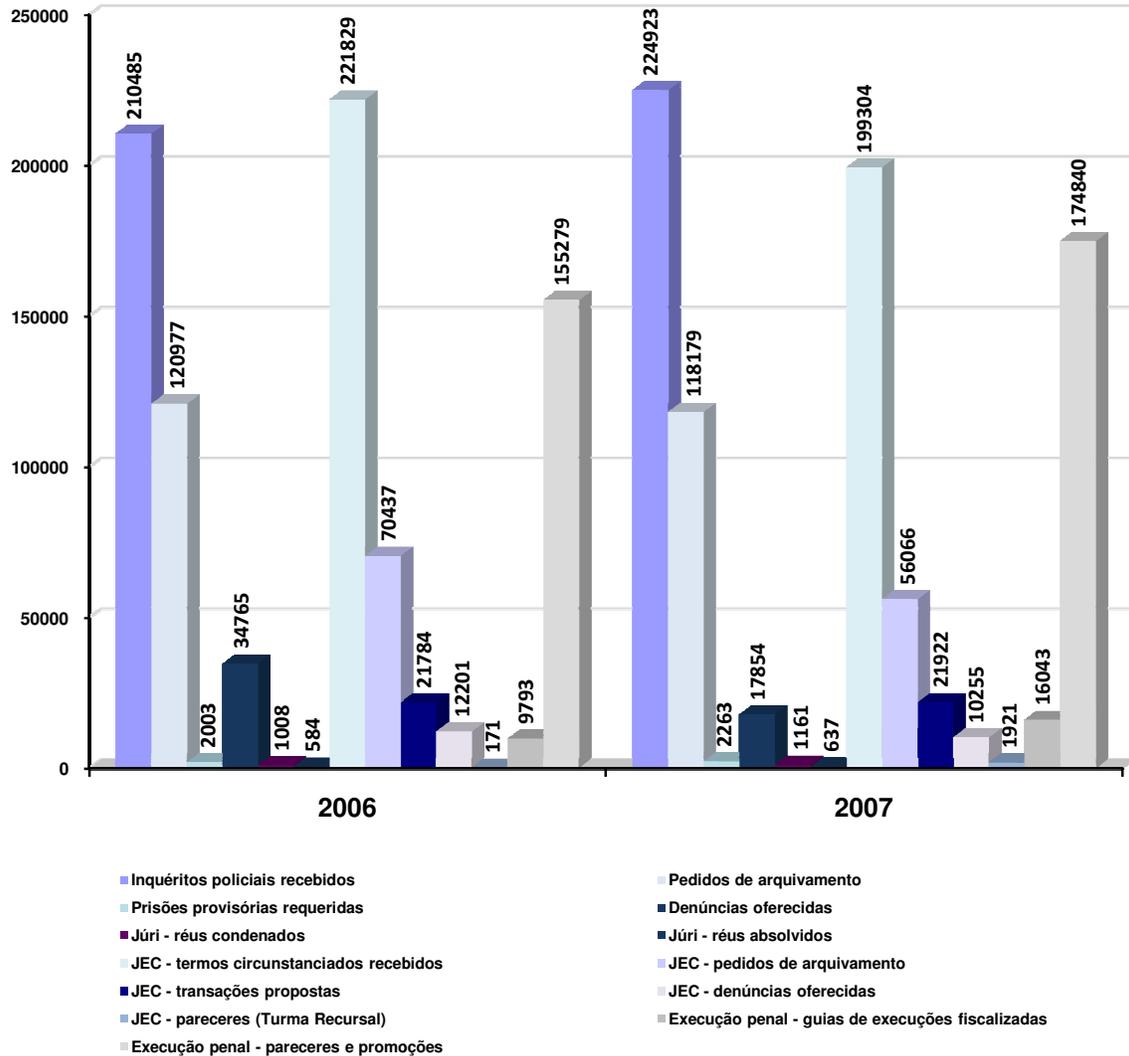
CÍVEL



ELEITORAL



CRIMINAL



**PANORAMA
2007**





Informações encaminhadas ao Conselho Nacional do Ministério Público, conforme as Resoluções n.ºs 12/2006 e 25/2007. Disponíveis, na íntegra, em www.cnmp.gov.br/documentos/navega-documentos/documentos/relatorios/relatorios-anuais.

RELATÓRIO FINANCEIRO

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS 1º/01/07 A 31/12/07	
	DESPESA LIQUIDADADA	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	281.635.296,60	32.359,52
Pessoal Ativo	220.479.974,05	32.359,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	61.155.322,55	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	24.427.249,46	
Indenização por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.427.249,46	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)		257.240.406,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		13.991.366.037,10
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100		1,8386%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%		279.827.320,74
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,9%		265.835.954,70
FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE		

NOTAS:

- 1) Deduzindo-se os valores referentes a Revisão Anual Salarial, de que trata o art. 37, inciso X, da CF, decorrente da aplicação da Lei nº 12.442/06, no total de R\$2.182.365,31 a Despesa Total com Pessoal Ajustada corresponde a R\$ 255.058.041,35 representando, como **Limite Legal, 1,82297%** sobre a Receita Corrente Líquida.
- 2) O artigo 169 da Constituição Federal não enquadra pensionista como gastos de pessoal.
- 3) Não está computado o IRRF, conforme Parecer Coletivo nº 2/2002 do TCE-RS.
- 4) Não estão computados gastos com auxílio-refeição, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-funeral, bolsa de estudo, assistência médica e abono-permanência, conforme orientações contidas nas Informações nºs 43/2001 e 024/2004, aprovadas pelo Tribunal Pleno em sessões de 08/05/2002 e 21/07/2004, respectivamente.
- 5) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em :
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II art.35 da Lei 4.320/64.

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

	Ativos		Inativos	
	Membros	Servidores	Membros	Servidores
Remuneração Média - RS	R\$ 15.428,03	R\$ 4.813,04	R\$ 20.763,42	R\$ 8.609,50
Remuneração Média Nacional	R\$ 19.948,50	R\$ 2.905,55	R\$ 21.706,22	R\$ 5.141,32
Renda per capita Membros/Servidores	RS = R\$ 7.735,28 Média Nacional = R\$ 12.635,19		RS = R\$ 17.701,33 Média Nacional = R\$ 26.629,43	

DADOS ADMINISTRATIVOS

N.º de Cargos	Procuradores de Justiça	Promotores de Justiça	Servidores de carreira	Cargos em Comissão	Vagas de Estágio
Providos - RS	113	556	1.442	265	1.022
TN* - Providos	1.091	7.271	11.603	4.398	7.228

*TN = Total Nacional

Analisando-se os dados administrativos, notamos que existe um déficit de quase **10%** no número de Procuradores de Justiça e de **27%** no número de Promotores de Justiça no Rio Grande do Sul.

N.º de ...	Membros Inativos	Servidores Inativos	Habitantes do Estado	Municípios do Estado	Comarcas	Municípios com sedes próprias do MP
	248	87	10.867.102	496	165	162

ATUAÇÃO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO FUNCIONAL						
PROCESSOS	CÍVEIS	Que deram entrada em 2.º grau		72.454	99,16%	
		Que deram saída em 2.º grau		71.850		
		Em andamento em 1.º grau		1.660.652		
		Média mensal por Procurador de Justiça		105	MN* = 74	
	CRIMINAIS	Que deram entrada em 2.º grau		32.277	100%	
		Que deram saída em 2.º grau		32.442		
		Em andamento em 1.º grau		141.379		
		Média mensal por Procurador de Justiça		91	MN* = 75	
	EXECUÇÃO CRIMINAL	Em andamento		56.346		
		JÚRI	Em andamento		15.296	
			Em andamento		123.763	
	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	Em andamento				
POLICIAIS		Recebidos		174.550	72,28%	
		Devolvidos		126.171		
CIVIS		Instaurados		6.871		
	Em andamento		23.787			
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS	Ajuizadas		856	17,75%		
	Julgadas procedentes		152			
	Em andamento		5.678			

ADIN's	Propostas	120	33,33%
	Julgadas procedentes	40	

*MN = Média Nacional

TERMOS CIRCUNSTANCIADO	N.º de termos circunstanciados recebidos	153.912	49,07%
	N.º de termos circunstanciados devolvidos	75.533	
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	Firmados	1228	11,22%
	N.º de Processos para recursos especiais e/ou extraordinários cíveis – custos legis	1491	
	N.º de Pessoas denunciadas	38.533	
	N.º de Pessoas condenadas	4.323	

NOMINATA (MEMBROS)

PROCURADORES DE JUSTIÇA - 113

AFONSO ARMANDO KONZEN
 ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE
 ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU
 ANA MARIA SCHINESTSK
 ANA MARISA AINHORN OSSOK
 ANGELA CÉLIA PAIM GARRIDO
 ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO
 ANTÔNIO AUGUSTO VERGARA CERQUEIRA
 ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS
 ANTÔNIO CEZAR LIMA DA FONSECA
 ARMANDO ANTÔNIO LOTTI
 ARNALDO BUEDE SLEIMON
 BÁRBARA FERNANDES ROSA CERQUEIRA
 BERENICE FEIJÓ DE OLIVEIRA
 CARLOS DIAS ALMEIDA
 CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA
 CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES
 CARMEN LUIZA DIAS DE AZAMBUJA
 CELSO TIBERE RODRIGUES LOBATO
 CLÁUDIO BARROS SILVA
 CLAUDIO DOMINGOS MASTRANGELO COELHO
 CRISTIANE TODESCHINI
 DARIO WILDE DE OLIVEIRA DELMAR PACHECO DA LUZ
 DENISE MARIA NETTO DUARTE
 EDGAR LUIZ DE MAGALHÃES TWEEDIE
 EDUARDO DE LIMA VEIGA
 EDUARDO ROTH DALCIN
 EDUARDO WETZEL BARBOSA
 ELAINE FAYET LORENZON SCHALY
 ELIANA MARIA MORESCHI
 EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO
 FLÁVIO POYASTRO PINHEIRO
 FRANCISCO WERNER BERGMANN
 GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI
 GILBERTO THUMS
 GILMAR POSSA MARONEZE
 GLÊNIO AMARO BIFFIGNANDI
 HEID OURIQUE CAMPOS
 IDA SOFIA SCHINDLER DA SILVEIRA
 IRENE SOARES QUADROS
 ISABEL DIAS ALMEIDA
 IVORY COELHO NETO
 JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD
 JANDIRA DE CAMPOS
 JOÃO CARLOS PACHECO
 JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS
 JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MACHADO
 JOSÉ PEDRO MACHADO KEUNECKE
 JOSÉ TÚLIO BARBOSA
 JUAN CARLOS DURÁN
 JUANITA RODRIGUES TERMIGNONI
 JULIA ILENIR MARTINS
 JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA
 JUSSARA MARIA LAHUDE RITTER
 KELLER DORNELLES CLÓS
 LÊNIO LUIZ STRECK
 LEONEL PIRES OHLWEILER
 LISIANE DEL PINO
 LUIS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ
 LUIZ ACHYLLES PETIZ BARDOU
 LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI
 LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO
 LUIZ FELIPE BRACK
 LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS
 LUIZ HENRIQUE BARBOSA LIMA FARIA CORRÊA
 LUIZ INÁCIO VIGIL NETO

LUIZ SÉRGIO GUILHON RISSO
 MAGALI MANNHART HOFFMANN
 MARCELO ROBERTO RIBEIRO
 MARCIA LEAL ZANOTTO FARINA
 MARIA CRISTINA CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA
 MARIA DE FÁTIMA DIAS ÁVILA
 MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS
 MARIA LORENI CARGNELUTTI
 MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
 MARIA WALESKA TRINDADE CAVALHEIRO
 MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA
 MARIO ROMERA
 MARLY RAPHAEL MALLMANN
 MARTA LEIRIA LEAL PACHECO
 MAURO HENRIQUE RENNER
 MIGUEL BANDEIRA PEREIRA
 PAULO ANTÔNIO TODESCHINI
 PAULO EMILIO JENISCH BARBOSA
 PAULO FERNANDO DOS SANTOS VIDAL
 PAULO ROBERTO DE AGUIAR TESHEINER
 PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES
 REGINALDO MACIEL FRANCO
 RICARDO ALBERTON DO AMARAL
 RICARDO DA SILVA VALDEZ
 RICARDO DE OLIVEIRA SILVA
 RICARDO MOREIRA LINS PASTL
 RICARDO VAZ SEELIG
 ROBERTO BANDEIRA PEREIRA
 ROBERTO CLAUS RADKE
 ROBERTO DIVINO ROLIM NEUMANN
 ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT
 SARA DUARTE SCHÜTZ
 SÉRGIO GUIMARÃES BRITTO
 SÉRGIO SANTOS MARINO
 SÍLVIA CAPPELLI
 SIMONE MARIANO DA ROCHA
 SOLANGE MARIA PALMA ALVES
 SONIA MARA FRANTZ
 SUZANA SILVEIRA DA SILVA
 TÂNIA MARIA VIEIRA LORENZONI
 VALÉRIA BASTOS DIAS
 VERA LÚCIA QUEVEDO FERREIRA
 VINICIUS DE HOLLEBEN JUNQUEIRA
 WALTER CAMEJO FILHO
 ZULEIKA PINTO COSTA VARGAS

**PROMOTORES DE JUSTIÇA
DE ENTRÂNCIA FINAL – 173**

ADALGISA WIEDEMANN CHAVES
ADRIANO MARMITT
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
AIRTON ALOISIO MICHELS
AIRTON ZANATTA
ALCEU SCHOELLER DE MORAES
ALCINDO LUZ BASTOS DA SILVA FILHO
ALEXANDRE DA SILVA LOUREIRO
ALEXANDRE FERNANDES SPIZZIRRI
ALEXANDRE LIPP JOÃO
ALEXANDRE PORTO FRANÇA
ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
ALINE MACHADO XAVIER
ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI
ANA LÚCIA CARDOZO DA SILVA
ANA LÚCIA CIOCCARI AZEVEDO
ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN
ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTSCK
ANDRÉ CIPELE
ANDRÉ FELIPE DE CAMARGO ALVES
ANDRÉ GONÇALVES MARTINEZ
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN
ANDRÉA CECIM FORTES
ANGELA SALTON ROTUNNO
ANNELISE MONTEIRO STEIGLEDER
ANTÔNIO LUIZ OTILIA
ARI COSTA
AUREO ROGÉRIO GIL BRAGA
BEATRIZ DURO GICK
BENHUR BIANCON JUNIOR
BRUNO HERINGER JUNIOR
CARLA CARPI NEJAR
CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO
CARLOS ODONE COSTA DOS SANTOS
CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA
CARMEN GUILHEMBERNARD KOSACHENCO
CARMEN SILVIA REIS CONTI
CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI
CHRISTIANNE PILLA CAMINHA
CLAUDIA REGINA LENZ ROSA
CLÓVIS BRAGA BONETTI
CYNTHIA FEYH JAPPUR
DANIEL SPERB RUBIN
DANIELA SANTOS VARIANI
DARWIN FERRAZ REIS
DAVID MEDINA DA SILVA
DÉBORA BALZAN
DENISE CASANOVA VILLELA
DENISE MARIA DURO REIS
DIANE CRISTINA TAGLIARI PIRES
DIOMAR JACINTA RECH
DIRCE CARVALHO SOLER
DÓRIS PAIM ZANINI
EDES FERREIRA DOS SANTOS CUNHA
EDUARDO ALBERTO TEDESCO
EDUARDO BERNSTEIN IRIART
ELEONORA MACHADO POGLIA
ELIANE RIBEIRO PORTELA
FABIANO DALLAZEN
FABIO BIDART PICCOLI
FÁBIO COSTA PEREIRA
FÁBIO ROQUE SBARDELLOTTO
FELIPE HOCHSCHEIT KREUTZ
FLÁVIA RAPHAEL MALLMANN
FLÁVIO DUARTE
FRANCESCO CONTI
FREDERICO SCHNEIDER DE MEDEIROS

GERALDO JUNG MESSA
GERSON LUÍS KIRSCH DAIELLO MOREIRA
GÉRSO LUÍS TEIXEIRA
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA
GILMAR BORTOLOTT
GUACIRA ALMEIDA MARTINS
GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ
GUSTAVO RONCHETTI
HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO
HERIBERTO ROOS MACIEL
IEDA HUSEK WOLFF
INGLACIR DORNELLES CLÓS DELAVEDOVA
ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY
IVAN SARAIVA MELGARÉ
IVETE BRUST
JAQUELINE MARQUES DA LUZ
JAYME WEINGARTNER NETO
JOÃO BARCELOS DE SOUZA JÚNIOR
JOÃO HUBERT JACCOTTET NETO
JOÃO NUNES FERREIRA
JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER
JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR
JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI
JOSÉ QUINTANA FREITAS
JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO
JOSIENE DA SILVA MENEZES
JÚLIO CÉSAR COSTA DA SILVEIRA
JULIO CESAR DA SILVA ROCHA LOPES
JULIO CESAR FINGER
KARIN SOHNE GENZ
LAURA LOUZADA JACCOTTET
LESSANDRA BERGAMASCHI
LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ
LISETE ERBES
LÚCIA HELENA DE LIMA CALLEGARI
LUCIANA MARIA RIBEIRO ALICE
LUCIANO DE FARIA BRASIL
LUCIANO DIPP MURATT
LUCIANO PRETTO
LUCILENE ESTRAZULAS FALCETTA
LUÍS ALBERTO BORTOLACCI GEYER
LUÍS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA
LUÍS FELIPE DE AGUIAR TESHEINER
LUIZ ROGÉRIO LIMA TAVARES
LUIZ CARLOS GICK FAN
LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO
LUIZ EDUARDO RIBEIRO DE MENEZES
MARCELO LEMOS DORNELLES
MARCELO LISCIO PEDROTTI
MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO
MARCOS REICHELDT CENTENO
MARGARIDA TEIXEIRA DE MORAES
MARIA ALICE BUTTINI
MARIA CRISTINA MONTEIRO SANSON
MARIA CRISTINA SANTOS DE LUCCA
MARIA INÊS SILVA SPERB
MARIA IVONETE MATTOS ANDRADE
MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA
ALGARVE
MARIANGELA RENNER BOSSLE
MARÍLIA COHEN GOLDMAN
MARINÉS ASSMANN
MARISA LARA ADAMI DA SILVA
MARTHA SILVA BELTRAME
MARTHA WEISS JUNG
MAUREN JARDIM GOMES
MAURO FONSECA ANDRADE
MAURO LUCIO DA CUNHA ROCKENBACH
MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA
MIGUEL GRANATO VELASQUEZ
MILTON FONTANA

MÍRIAM VILLAMIL BALESTRO FLORIANO
 NILSON DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
 NOARA BERNARDY LISBOA
 NORBERTO CLÁUDIO PÂNCARO AVENA
 ODETE PINZETTA
 PATRÍCIA ZANCHI CUNHA
 PAULO LEANDRO DA ROSA SILVA
 PAULO SÉRGIO CASSOL LUBIANCA
 PEDRO JARDEL DA SILVA COPPETI
 RENATO VINHAS VELASQUES
 RENOIR DA SILVA CUNHA
 RICARDO FELIX HERBSTTRITH
 ROBERTO VARALO INÁCIO
 ROGÉRIA HELENA CIPRIANI
 ROGERIO ROQUE WEILLER
 ROSELE MARIA LUCHESE
 ROSELY TERESINHA DE AZEVEDO LOPES
 ROSSANO BIAZUS
 RUBEN GIUGNO ABRUZZI
 RUI PAULO NAZÁRIO DE OLIVEIRA
 SANDRA GOLDMAN RUWEL
 SANDRA SANTOS SEGURA
 SILVIO MIRANDA MUNHOZ
 SÔNIA ELENI CORRÊA MENSCH
 SÔNIA ELIANA RADIN
 SYNARA JACQUES BUTTELLI
 TATIANA DE OLIVEIRA D'ÁVILA
 TÊMIS LIMBERGER
 THALES VOLCATO PEREIRA
 TIAGO DE MENEZES CONCEIÇÃO
 UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES
 VELEDA MARIA DOBKE
 VERA LUCIA DA SILVA SAPKO
 VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO
 VILNECI PEREIRA NUNES
 WINFRIED SCHLEE

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA – 252

ADRIANA CRUZ DA SILVA
 ADRIANA KARINA DIESEL CHESANI
 ADRIO RAFAEL PAULA GELATTI
 ALÉCIO SILVEIRA NOGUEIRA
 ALESSANDRA MOURA
 ALEXANDER GUTTERRES THOMÉ
 ALEXANDRA CARNIEL ANTONIO
 ALEXANDRE ARANALDE SALIM
 ALINE DOS SANTOS GONÇALVES
 ALJACIRA LIMA TERRA
 ÁLVARO LUIZ POGLIA
 AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
 ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE
 ANA CAROLINA DE QUADROS AZAMBUJA
 ANA CRISTINA FERRAREZE CIRNE
 ANA EMÍLIA VILANOVA
 ANA MARIA KOLOGESKI CEZAR
 ANA PAULA BERNARDES
 ANDRÉ BAPTISTA CARUSO MAC-DONALD
 ANDRÉ BARBOSA DE BORBA
 ANDRÉ COSTA
 ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO
 ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE
 ANDRÉ FERNANDO RIGO
 ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES
 ANDREA DA SILVA UEQUED
 ANDRÉA DE ALMEIDA MACHADO
 ANDRÉA SOARES TORRES
 ANDREIA HERMINIA ALLIATTI
 ANELISE GREHS STIFELMAN
 ANGELA CAREN DAL POS

ANTÔNIO AUGUSTO RAMOS DE MORAES
 BÁRBARA DA COSTA LANGE
 BELMIRO PEDRO WELTER
 CAMILA LUMMERTZ
 CARLA CARRION FRÓS
 CARLA LARA ADAMI DA SILVA
 CARLA SOUTO PEDROTTI
 CARLOS AUGUSTO CARDOSO MORAES
 CARLOS AUGUSTO FIORIOLI
 CAROLINA BARTH LOUREIRO
 CAROLINA SANFELICE MARIANI
 CAROLINE VAZ
 CASSIANO MARQUARDT CORLETA
 CASSIANO PEREIRA CARDOSO
 CATIUCE DA SILVA RIBAS
 CELSO DE ASSIS REMONTI
 CELSO PEDRO STEIN
 CÉSAR AUGUSTO PIVETTA CARLAN
 CHRISTINE MENDES RIBEIRO GREHS
 CINARA VIANNA DUTRA BRAGA
 CINTHIA MENEZES RANGEL
 CLARISSA AMMÉLIA SIMÕES MACHADO
 CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE MEDEIROS
 CLÁUDIO ARI PINHEIRO DE MELLO
 CLEONICE RODRIGUES AIRES
 CRISTIANE CARDOSO
 CRISTIANE DELLA MÉA CORRALES
 CRISTIANO LEDUR
 CRISTIANO SALAU MOURÃO
 DANIEL MARTINI
 DANIELA DE QUADROS MALLMANN PAZ
 DANIELA LUCCA DA SILVA
 DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA
 DANIELA TAVARES DA SILVA TOBALDINI
 DANIELE DA SILVA PIRES
 DANIELE SCHNEIDER
 DANIELI DE CÁSSIA COELHO
 DANIELLE BOLZAN TEIXEIRA
 DÉBORA REGINA MENEGAT
 DÉBORA REZENDE CARDOSO
 DÉCIO LUÍS SILVEIRA DA MOTA
 DELSON ARNILDO MANZKE
 DENILSON BELEGANTE
 DIEGO CORREA DE BARROS
 DIEGO MENDES DE LIMA
 DIEGO ROSITO DE VILAS
 DIOLINDA KURRLE HANNUSCH
 EDERSON LUCIANO MAIA VIEIRA
 EDGAR OLIVEIRA GARCIA
 EDSON JOAQUIM VITT FERNANDES
 EDUARDO BUAES RAYMUNDI
 EDUARDO CORAL VIEGAS
 EDUARDO RITT
 EDUARDO SÓ DOS SANTOS LUMERTZ
 ELCIO RESMINI MENESES
 ÉRICO FERNANDO BARIN
 ÉRICO REZENDE RUSSO
 EUGÊNIO PAES AMORIM
 FÁBIO LUSA MARCON
 FERNANDA RUTTKE DILLENBURG
 FERNANDA SOARES PEREIRA
 FERNANDA WEIAND
 FERNANDO BUTTINI
 FERNANDO CHEQUIM BARROS
 FERNANDO GERSON
 FLÁVIO EDUARDO DE LIMA PASSOS
 FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES
 GIANI POHLMANN SAAD
 GÍLSON BORGUEDULFF MEDEIROS
 GISELE MORETTO
 GISELE MÜLLER MONTEIRO

GISELLE TANARA SOARES
 GISLAINE ROSSI LUCKMANN
 GRAZIELA VIEIRA LORENZONI
 GUILHERME RIBEIRO KRATZ
 GUSTAVO RAMOS VIANNA
 GUSTAVO SCHNEIDER DE MEDEIROS
 GUSTAVO WALKER ZETTLER
 HEITOR STOLF JÚNIOR
 HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE
 IOANNIS FEDRIZZI PETALAS
 ISNAR OLIVEIRA CORRÊA
 IVANA KIST HUPPES FERRAZZO
 IVANA MACHADO BATTAGLIN
 IVANISE JANN DE JESUS
 JAIME NUDILEMON CHATKIN
 JANAINA DE CARLI DOS SANTOS
 JANINE BORGES SOARES
 JANOR LERCH DUARTE
 JEANE SCHILLING DE ASSUMPCÃO
 JEANINE MOCELLIN JEFFERSON DALL'AGNOL
 JOÃO CARLOS DE AZEVEDO FRAGA
 JOÃO FÁBIO MUNHOZ MANZANO
 JOÃO FRANCISCO CAMPELLO DILL
 JOÃO FRANCISCO CKLESS FILHO
 JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO
 JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS
 JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
 JOCELAINE PAINS TELES
 JOEL OLIVEIRA DUTRA
 JORGE ALBERTO DOS SANTOS ALFAYA
 JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN
 JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI
 JOSÉ EDUARDO GONÇALVES
 JOSÉ GARIBALDI EVANGELHO SIMÕES MACHADO
 JOSÉ NÍLTON COSTA DE SOUZA
 JOSÉ OLAVO BUENO DOS PASSOS
 JULIANA BOSSARDI
 JULIANA MARIA GIONGO
 JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA
 JÚLIO CÉSAR DE MELO
 JÚLIO CESAR MEIRA MEDINA
 JULIO FRANCISCO BALLARDIN
 KAREN DE VASCONCELLOS DAUBERMANN
 KARINA BUSSMANN CABEDA
 LEONARDO GUARISE BARRIOS
 LETÍCIA VITERBO ILGES
 LISANDRA DEMARI
 LISIANE VILLAGRANDE VERÍSSIMO DA FONSECA
 LUCIANA MORAES DIAS
 LUCIANA ROMANI
 LUCIANE FEITEN WINGERT
 LUCIANO VACCARO
 LUCIARA ROBE DA SILVEIRA PEREIRA
 LUIS AUGUSTO GONÇALVES COSTA
 LUIS CESAR GONÇALVES BALAGUEZ
 LUÍS FERNANDO COPETTI LEITE
 LUIZ CARLOS PRÁ
 MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES
 MARA CRISTIANE JOB BECK PEDRO
 MARCEL TISSER PITERMAN
 MARCELA ROMERA
 MARCELO DE SOUZA GONZAGA
 MARCELO DOSSENA LOPES DOS SANTOS
 MARCELO JULIANO SILVEIRA PIRES
 MARCELO NAHUY THORMANN
 MARCELO RASQUIN BERTUSSI
 MARCELO RIES
 MARCELO TREVIZAN
 MÁRCIA CORSO RUARO
 MÁRCIO ROBERTO SILVA DE CARVALHO
 MÁRCIO SCHLEE GOMES

MARCOS FERRAZ SARALEGUI
 MARCOS SIMÕES PETRY
 MARIA ALICE CONCEIÇÃO SANCHOTENE
 MARIA AUGUSTA MENZ
 MARIA AUGUSTA ONGARATTI
 MARIA COUGO OLIVEIRA MARIA DO ROSÁRIO RIBEIRO
 RODRIGUES
 MARIA FERNANDA GOETZKE PITREZ
 MARIA LAURA MORAES LUZARDI
 MARIA RITA CAMPOS PITERMAN
 MÁRIO EDUARDO MOURGUES LORÉA
 MÁRIO LUIZ GUADAGNIN
 MAURICIO SANCHOTENE DE AGUIAR
 MAURÍCIO TREVISAN
 MAURO ROCHA DE PORCHETTO
 MÔNICA MARANGHELLI DE AVILA
 NÁDIA BARON RICACHENEVSKY
 NAIR CHRISTINA SCHOELLER DE MORAES
 NATHÁLIA SWOBODA CALVO
 NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO
 PAULA REGINA MOHR
 PAULO DA SILVA CIRNE
 PAULO EDUARDO NUNES DE AVILA
 PAULO GILBERTO VIEIRA
 PAULO ROBERTO GENTIL CHARQUEIRO
 PEDRO RUI DA FONTOURA PORTO
 RAFAEL CRUZ AMARAL
 RAFAEL FESTA
 RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS
 RAQUEL ISOTTON
 REJANE VIEIRA E SILVA
 RENATA PINTO LUCENA
 RICARDO CARDOSO LAZZARIN
 RICARDO LOZZA
 RITA CONTE SOEIRO DE SOUZA
 ROBERTA BRENNER DE MORAES
 ROBERTA GABARDO FAVA ARALDI
 ROBERTA MORILLOS TEIXEIRA
 ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRO
 ROCHELLE DANUSA JELINEK GARCEZ
 RODRIGO AUGUSTO DE AZAMBUJA MATTOS
 RODRIGO CARPI NEJAR
 RODRIGO DA SILVA BRANDALISE
 RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA
 RODRIGO LÓPEZ ZILIO
 RODRIGO SCHOELLER DE MORAES
 ROLANDO RAUL MORO
 ROSANGELA CORRÊA DA ROSA
 ROSÉLIA VASCONCELLOS BRUSAMARELO
 ROSI MARIA BARRETO TONDO
 ROSIMARI MELLER ANTONELLO
 RUI PREDIGER
 SANDRO DE SOUZA FERREIRA
 SÁVIO VAZ FAGUNDES
 SÉRGIO CORNELLES MATHEUS
 SÉRGIO DA FONSECA DIEFENBACH
 SÉRGIO HIANE HARRIS
 SÉRGIO LUIZ RODRIGUES
 SÍLVIA REGINA BECKER PINTO
 SIMONE ANNES KEUNECKE
 SIMONE DE NIZA E CASTRO
 SIMONE MARTINI
 SIMONE SPADARI
 SÔNIA MADALENA SILVEIRA BONILLA
 SUSIANE BICCA MESPAQUE MADRUGA
 TATIANA ALSTER
 THOMÁS HENRIQUE DE PAOLA COLLETO
 TIAGO MOREIRA DA SILVA
 VALÉRIO COGO
 VALTER PRIEBE
 VANESSA BOM SCHMIDT CARDOSO

VANESSA DA SILVA
 VANESSA SALDANHA DE VARGAS
 VELOCITY MELO PIVATTO
 VERCILEI LINO SERENA
 VOLTAIRE DE FREITAS MICHEL
 WALESKA FLORES AGOSTINI
 WANDERLEI JOSÉ HERBSTTRITH WILLIG

**PROMOTORES DE JUSTIÇA DE
 ENTRÂNCIA INICIAL – 131**

ADONIRAN LEMOS ALMEIDA FILHO
 ADRIANO LUÍS DE ARAUJO
 ADRIANO PEREIRA ZIBETTI
 ALESSANDRO SALAZAR ROSSATTO
 ANA LUIZA DOMINGUES DE SOUZA LEAL
 ANA PAULA MANTAY
 ANAMARIA THOMAZ
 ANDRÉ EDUARDO SCHRÖDER PREDIGER
 ANDREA ALMEIDA BARROS
 ANTONIO METZGER KÉPES
 BRENUSA MARQUARDT CORLETA
 BRUNO PEREIRA PEREIRA
 CAMILA SANTOS DA CUNHA
 CAMILE BALZANO DE MATTOS
 CARLA PEREIRA RÉGO FLÔRES SOARES
 CAROLINE GIANLUPI
 CAROLINE MOTTECY DE OLIVEIRA
 CAROLINE SPOTORNO DA SILVA
 CHARLES EMIL MACHADO MARTINS
 CÍNTIA FOSTER DE ALMEIDA
 CLAUDIA FERRAZ RODRIGUES PEGORARO
 CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT
 CLAUDIA MARIA CEZAR MASSING
 CLAUDIO ANTONIO RODRIGUES ESTIVALLET JUNIOR
 CLÁUDIO DA SILVA LEIRIA
 CRISTIANA MÜLLER CHATKIN CRISTIANE MARIA SCHOLL
 LEVIEN
 CRISTIANE MELLO DE BONA
 DAMASIO SOBIESIAK
 DANIEL BARBOSA FERNANDES
 DANIEL COZZA BRUNO
 DANIEL RAMOS GONÇALVES
 DANIEL SOARES INDRUSIAK
 DANIELA SILVEIRA TIMM
 DANIELA SUDBRACK GASPAR RAISER DAVI LOPES
 RODRIGUES JÚNIOR
 DIEGO PESSI
 DINAMÁRCIA MACIEL DE OLIVEIRA
 ELEMAR GRÄBNER
 EVANDRO LOBATO KALTBACH
 EVERTON LUÍS RESMINI MENESES
 FABIANE CIOCCARI
 FABIANE RIOS LISARDO
 FABIANO REDIVO SILVA
 FELIPE TEIXEIRA NETO
 FERNANDA BROLL CARVALHO AHMAD
 FERNANDO CESAR SGARBOSSA
 FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA
 GABRIELA MONTEIRO
 HENRIQUE RECH NETO
 IVANDA GRAPIGLIA VALIATI
 JAIR JOÃO FRANZ
 JANINE ROSI FALEIRO
 JOÃO AFONSO SILVA BELTRAME
 JOÃO PAULO BITTENCOURT CARDOZO
 JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO
 JULIANO GRIZA
 JÚLIO CÉSAR MAGGIO STÜRMER
 KARINA ALBUQUERQUE DENICOL

KARINNA LICHT ORLANDI GOULART
 KÁTIA REGINA GRIZA
 LEANDRO CAPAVERDE PEREIRA
 LEANDRO TATSCH BONATTO
 LEONARDO CHIM LOPES
 LEONARDO GIARDIN DE SOUZA
 LEONARDO MENIN
 LISIANE MESSERSCHMIDT RUBIN
 LUANA ROCHA RIBEIRO
 LUCIANA CANO CASAROTTO
 LUCIANA WILLIG SANMARTIN
 LÚCIO FLÁVIO PRETTO
 LUCIO FLAVO MIOTTO
 LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS
 LUZIHARIN CAROLINA TRAMONTINA
 MARCELO ARAUJO SIMÕES
 MARCELO AUGUSTO SQUARÇA
 MARCELO JOSÉ DA COSTA PETRY
 MARCELO TUBINO
 MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA
 MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI
 MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRESSAN
 MARCIO SCHENATO
 MARCOS EDUARDO RAUBER MARI ONI SANTOS DA SILVA
 MARIA DO CARMO BAIERLE GUARANÁ
 MARIA FERNANDA CASSOL MOREIRA
 MARIANA DE AZAMBUJA PIRES
 MARISAURA INÊS RABER FIOR
 MARLISE CORDENONSI BORTOLUZZI
 MARTIN ALBINO JORA MAX ROBERTO GUAZZELLI
 MELISSA MARCHI JUCHEN
 MICHAEL SCHNEIDER FLACH
 NATÁLIA CAGLIARI
 NILTON KASCTIN DOS SANTOS
 PAULA ATAIDE ATHANASIO
 PAULA BITTENCOURT ORSI
 PAULO ADAIR MANJABOSCO
 PAULO EDUARDO DE ALMEIDA VIEIRA
 PAULO ESTEVAM COSTA CASTRO ARAÚJO
 PIETRO CHIDICHIMO JUNIOR
 PLÍNIO CASTANHO DUTRA
 RAFAEL RUSSOMANNO GONÇALVES
 REGINALDO FREITAS DA SILVA
 RENATO MOURA TIRAPELLE
 RICARDO GRALHA MASSIA
 RICARDO MELO DE SOUZA
 RICARDO SCHINESTSCK RODRIGUES
 ROBERTO JOSÉ TABORDA MASIERO
 ROGÉRIO FAVA SANTOS
 ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS
 RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO
 RONALDO LARA RESENDE
 ROSÂNGELA MAZZUCO
 RUDIMAR TONINI SOARES
 SANDRO LOUREIRO MARONES
 SÉRGIO ANTÔNIO BINS
 STÉFANO LOBATO KALTBACH
 STELA BORDIN
 SUSANA CORDERO SPODE
 SUZANE HELLFELDT
 TÂNIA MARIA HENDGES BITENCOURT
 TÂNIA MARIA SCHNEIDER CAVALINI
 THEODORO ALEXANDRE DA SILVA SILVEIRA
 VALDIRENE SANCHES MEDEIROS JACOBS
 VALDOIR BERNARDI DE FARIAS
 VERA REGINA MELATTE CORINO
 VINICIUS DE MELO LIMA
 VITASSIR EDGAR FERRAREZE
 WILSON LUÍS GREZZANA
 XIMENA CARDOZO FERREIRA